

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Julieta Brites Figueiredo

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE ALUNOS DE CURSOS TÉCNICOS EM
SAÚDE: o caso da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza
(ETESHJS) da FAETEC

Rio de Janeiro
2013

Julieta Brites Figueiredo

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE ALUNOS DE CURSOS TÉCNICOS EM
SAÚDE: o caso da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza
(ETESHJS) da FAETEC

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio para obtenção do
título de mestre em Educação Profissional em
Saúde.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Margarida de
Mello Barreto Campello

Rio de Janeiro
2013

Catlogação na fonte

Escola Politécnicade Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

F475t Figueiredo, Julieta Brites
Trajetória educacional de alunos de cursos
técnicos em saúde: o caso da Escola Técnica
Estadual de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS)
da FAETEC/ Julieta Brites Figueiredo. - Rio de
Janeiro, 2013.
106 f.

Orientador: Ana Margarida de Mello Barreto
Campello

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnicade
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2013.

1. Educação Profissionalizante. 2. Ensino Técnico.
3. Saúde. 4. Educação. I. Campello, Ana Margarida
de Mello Barreto. II. Título.

CDD 370.113

Julieta Brites Figueiredo

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE ALUNOS DE CURSOS TÉCNICOS EM
SAÚDE: o caso da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza
(ETESHJS) da FAETEC

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio para obtenção do
título de mestre em Educação Profissional em
Saúde.

Aprovado em 03/09/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Ana Margarida de Mello Barreto Campello - EPSJV/Fiocruz

Prof^ª Dr^ª Anita Handfas - UFRJ

Prof^ª Dr^ª Arlinda Barbosa Moreno - ENSP/Fiocruz

*Dedico este trabalho
aos meus amados filhos Ian e Tainá que foram escolhidos por Deus para tornarem minha
vida tão especial e repleta de amor;
À minha saudosa mãe Isabel, uma auxiliar de enfermagem de pouco estudo, dona de um
coração do tamanho do Universo e que me ensinou a lutar brava, mas honestamente em
busca dos meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me dar saúde e força, principalmente nos momentos mais difíceis de realização desse trabalho.

À todos os alunos da ETESHJS, que me ensinaram a amar a docência e sem os quais não seria possível a realização dessa pesquisa.

À Professora Ana Margarida, que mais do que uma orientadora, foi uma importante parceira e companheira nessa trajetória (muito obrigada).

Aos Professores da FAETEC: Everaldo dos Santos (prótese), Julio César Correa (análise clínica) e Selma de Jesus (enfermagem) que foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Diretor da ETESHJS Henrique Carvalho que gentilmente “abriu todas as portas” da escola em prol desse trabalho.

Ao meu marido Xandão pelas horas e horas de Excel e aos meus filhos Ian e Tainá pela paciência inesgotável.

Às minhas tias: Aida de Fátima, Ruth Brito e Cristiane Brito pelo apoio emocional e técnico sempre que necessário.

Às vovós Lena e Lete por cuidarem dos meus rebentos enquanto eu escrevia meu trabalho.

Aos meus novos e queridos amigos do LABMAN/ESPJV (Alexandre, Sergio, Kátia, Sarita e Carmen) que foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo caracterizar a trajetória educacional e ocupacional dos alunos da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS) da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Analisa as diferentes fases de funcionamento desta instituição e as modificações pelas quais passou, ao longo de sua história, principalmente quanto às mudanças nas características de seu corpo discente. Enfatiza que esta escola, inicialmente voltada para o atendimento de menores marginalizados, continua, ao longo do tempo, se afirmando como uma alternativa educacional para os “menos favorecidos”, principalmente pela oferta de cursos técnicos pós-médios. Retoma a discussão da dualidade entre educação propedêutica e educação profissional, a partir da análise de programas atuais, tais como, entre outros, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O estudo de caso realizado contribui para a discussão das principais características sociodemográficas de trabalhadores-alunos de cursos técnicos pós-médios na área da saúde, suas aspirações e expectativas que os fazem buscar, tardiamente, a volta à escola em busca da profissionalização e para a compreensão dos motivos que os fazem optar pela realização de uma formação profissional de nível técnico na área de saúde.

Palavras-chave: Ensino Técnico; Saúde; Educação.

ABSTRACT

This dissertation focus on characterizing the educational and occupational path of the students of the state technician school of health Herbert José de Souza (ETESHJS) of the Foundation of Support to Technician School (FAETEC). It analyzes the different operation phases of this institution and the changings that it had suffered throughout its history, mainly in relation to the characteristics of its students. It emphasizes that this school, firstly aimed at the care of marginalized underage people, continues, as time goes by, to state itself as an educational alternative to the "less fortunate", mainly by the offering of post-school technician courses. It (also) summarizes the discussion of the ambiguity between high-school education and professional education, based on the analysis of current programs, such as, among some of them, the National Access to Technician Education and Employment Program (Pronatec). The case study realized contributes to the discussion of the main socio-demographic characteristics of the students, who work, from the post high-school technician course in the healthcare area, their aspirations and expectations, which make them, although late, look for going back to school in pursuit of the professionalization and understand the reasons that make them choose for a realization of a technician level professional formation in healthcare area.

Keywords: Technician Education; Health; Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de alunos por habilitação e turno	45
Tabela 2 – Amostra estratificada: quantitativo de alunos pesquisados por habilitação e turno	45
Tabela 3 – Idade atual por habilitação e turno	51
Tabela 4 – Tipo de ensino fundamental.....	52
Tabela 5 – Tipo de ensino médio.....	53
Tabela 6 – Tipo de escola anterior a ETESHJS.....	54
Tabela 7 – Trajetória Educacional em Escola Pública ou Privada:	55
Tabela 8 – Escolaridade paterna.....	56
Tabela 9 – Escolaridade materna.....	56
Tabela 10 – Renda mensal do aluno.....	58
Tabela 11 – Participação na vida econômica da família	58
Tabela 12 – Renda mensal da família.....	59
Tabela 13 – Situação de trabalho.....	59
Tabela 14 – Tipo de trabalho materno.....	61
Tabela 15 – Tipo de trabalho paterno.....	62
Tabela 9 - Tipo de trabalho paterno.....	62
Tabela 16 – Tipo de religião.....	64
Tabela 17 – Meio de comunicação mais utilizado	64
Tabela 18 – Meio de transporte utilizado para ir à escola.....	65
Tabela 19 – Local de nascimento	65
Tabela 20 – Casa própria ou alugada.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos alunos por habilitação	46
Gráfico 2 – Distribuição percentual dos alunos da ETESHJS, segundo idade.....	50
Gráfico 3 – Distribuição percentual dos alunos da ETESHJS, segundo o setor de atividade ..	63

LISTA DE SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAP UERJ	Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
CBIA	Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEI	Centro de Educação Integrado
CETEP	Centro Tecnológico Profissional
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
ETEPMAS	Escola Técnica de Ensino Pós-médio na área da Saúde
ETE REPÚBLICA	Escola Técnica República
ETESHJS	Escola Técnica Saúde Herbert José de Souza
FAEP	Fundação de Apoio à Escola Pública
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FEEM	Fundação Estadual de Ensino para Menores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
HC	Hospital de Clínicas
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
PROFAPS	Programa de Formação de Nível Médio para a Saúde
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
UPAS	Unidade Profissionalizante da Área de Saúde
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SAÚDE HERBERT JOSÉ DE SOUZA (FAETEC) – A PROFISSIONALIZAÇÃO DE ALUNOS/TRABALHADORES	19
1.1 UMA ESCOLA DE QUALIFICAÇÃO PARA MENORES INFRATORES	19
1.2 MUDANÇAS DO PERFIL DOS ALUNOS E DO PROCESSO DE SELEÇÃO	26
1.3 A REGULAMENTAÇÃO COMO UMA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA REDE FAETEC	29
1.4 UMA ESCOLA PARA ALUNOS/TRABALHADORES	30
CAPITULO 2 – A FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO/PÓS-MÉDIO E A EDUCAÇÃO PARA OS MENOS FAVORECIDOS	32
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO: A IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE.....	32
2.2 OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE NA ATUALIDADE (PROFAE, PROFAPS E PRONATEC)	37
CAPITULO 3 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ALUNOS DOS CURSOS TECNICOS EM SAÚDE DA ETESHJS	44
3.1 SEXO.....	47
3.2 FAIXA ETÁRIA	49
3.3 ESCOLARIDADE	53
3.4 TRABALHO E RENDA	57
3.5 INFORMAÇÕES GERAIS	63
CAPITULO 4 - AS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAL E OCUPACIONAL CONTADA PELOS PRÓPRIOS ALUNOS	69
4.1 TRAJETÓRIA EDUCACIONAL	71
4.2 TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	76
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.....	80

CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	94
APÊNDICE A – perfil Sócio Demográfico.....	94
APÊNDICE B – Entrevistas Individuais	102
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	104
APÊNDICE D – Termo de Autorização para gravação em áudio	105
APÊNDICE E – Termo de Ciência e Autorização para Pesquisa na ETESHJS	106

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da formação profissional técnica em saúde reflete minha experiência ao longo de 12 anos como docente do curso técnico de enfermagem, tanto em instituição privada (SENAC RIO), onde trabalhei entre 2001 e 2005, quanto em instituição pública que atuo desde 2004, tendo sido lotada (após concurso) na Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Jose de Souza (ETESHJS), no Bairro de Quintino, pertencente à Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) que atua na formação profissional pós-médio, no Bairro de Quintino, pertencente à Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC).

De acordo com o Decreto nº 5154/04, a Educação Profissional de nível médio pode ser realizada a partir de três diferentes formas: a formação profissional paralela ao ensino médio (onde os alunos realizam a educação profissional em uma Instituição e o ensino médio em outra, denominado concomitância externa ou os alunos realizam a formação profissional e o ensino médio em uma mesma instituição, denominado concomitância interna), a formação profissional pós-médio ou subsequente (onde os alunos realizam a educação profissional após o término do ensino médio) e a integrada (onde os alunos realizam a habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno).

Desde o início, observo que os discentes desta instituição, que atua com formação profissional subsequente, parecem demonstrar muita ansiedade e até mesmo “urgência” na obtenção dos seus certificados, com a meta de ser inserido no mundo do trabalho, o mais rápido possível.

Vários são os motivos descritos pelos alunos para essa pressa para o término do curso: a distância do local da moradia até a escola, que torna extremamente cansativo o retorno para casa; os trabalhos precarizados, estressantes e de baixa remuneração fazendo com que o desgaste físico e mental dificulte seu aprendizado; o desemprego, que o torna automaticamente financeiramente dependente de alguém para efetivamente concluir o curso, trazendo a sensação de constrangimento; dentre outros, que tornam comuns frases do tipo “não tenho mais tempo a perder” ou “já não sou mais criança” ou “preciso ter uma profissão”.

Na verdade, em primazia, os alunos desta escola são trabalhadores, que completaram o ensino médio, mas que devido à baixa renda salarial dos pais, que em geral possuem ensino fundamental incompleto, precisaram ao término da educação básica, interromper seus estudos para ingressarem no mundo do trabalho, com o intuito de auxiliarem nas despesas da casa e voltam à escola, anos depois, em busca de uma formação técnica.

“[...] A naturalização da subordinação da educação às demandas de mercado e a naturalização do fato de que a fração da juventude pertencente à classe trabalhadora é obrigada a trabalhar no período da vida em que os filhos da classe dominante dispõem de todas as condições para o desenvolvimento de sua omnilateralidade. Seguindo a lógica que atravessou o século XX em nosso país, os que formulam e os que aprovam o Projeto partilham da convicção de que o principal bem dos pobres é o tempo para trabalhar. A educação aumenta a produtividade desse bem”. (RUMMERT, 2005, p. 312)

Dessa forma, ao procurarem o curso de formação técnica pós-médio em saúde na ETESHJS, esses trabalhadores/alunos trazem com eles a esperança de encontrar trabalhos com melhores remunerações e respeito profissional, além, da possibilidade de encontrar empregos com maior estabilidade, através de concursos públicos.

Esse curso profissional pode representar para eles ainda, uma possibilidade de futuramente poderem pagar por uma formação de nível superior que, normalmente, é realizada em instituições privadas, já que estes têm dificuldades de acesso ao ensino superior público, tanto pela forma excludente de seleção quanto pela precariedade do ensino médio estadual, que torna desigual a disputa com alunos provenientes de escolas privadas e públicas federais.

Em geral, os discentes desta escola são provenientes do ensino básico da rede pública, não por opção, mas por falta de condições econômicas, já que demonstram claramente sua descrença em relação à qualidade da educação pública prestada, principalmente, no ensino médio, com queixas generalizadas de falta de professores e/ou desatualização das escolas que não acompanham a “eficiência” da rede privada, tornando frustradas suas tentativas de concorrer seja às Universidades Públicas, seja aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os governos (Estadual e Municipal), por sua vez, os principais, se não os únicos, responsáveis por essa ineficiência da educação básica pública, também não investem em educação profissional de nível técnico de forma efetiva. Contraditoriamente, com a intenção de suprir a imensa falta de profissionais de nível médio no país, mantém programas de educação profissional aligeirados de qualidade duvidosa, incentivando a iniciativa privada, por meio do aporte de recursos públicos.

Dessa forma o “Estado brasileiro busca, no contexto da crise global, resolver a problemática da formação profissional para o mercado via criação do mercado da formação” (LIMA, 2012, p. 495), sob o pretexto de ofertar qualificações que facilitarão a inclusão dos trabalhadores jovens ou não, de classes sociais desfavorecidas e que possuam dificuldade em se inserir ou se manter no mundo do trabalho.

“Todos parecem concordar que a formação profissional de novo tipo precisa alicerçar-se na sólida educação geral e básica, e no conhecimento dos fundamentos técnico-científicos que sustentam as novas tecnologias. [...] No entanto, as políticas educacionais brasileiras parecem não ir ao encontro daqueles consensos. Ao contrário, empregabilidade e aligeiramento da qualificação profissional aparecem em um estranho e contraditório entrelaçamento, como objetivos para a educação profissional do trabalhador brasileiro do século XXI”. (RODRIGUES, 2005, p. 277)

Rummert (2005, p. 305), esclarece que “não há vínculo imediato e direto entre formação profissional e obtenção de emprego, sobretudo junto às frações da população cuja situação de exploração pelo sistema capital é mais acentuada”. A autora explica ainda, que estes programas educacionais levam a “um processo em que se verifica a exclusão dos trabalhadores da política e sua transformação em objetos de políticas compensatórias. Em tal processo a massa marginal converte-se, pelas políticas de funcionalização da pobreza, em manutenção dos exércitos de reserva”. (OLIVEIRA apud RUMMERT, 2005, p. 314)

Nessa luta desigual, entre a ineficiência do ensino médio da rede estadual e a pouca possibilidade de acesso em Universidades Públicas e Institutos Federais, o ingresso nas Escolas profissionalizantes da Rede FAETEC, na modalidade de cursos pós-médio, é uma possibilidade bastante atraente para esses alunos/trabalhadores excluídos que desejam uma profissionalização.

Além dessa rede possuir um extenso número de escolas podendo oferecer um elevado quantitativo de vagas e o processo seletivo, apesar de ser por provas, não possui o mesmo grau de exigência das escolas técnicas federais, a rede FAETEC, desde sua origem, na própria fala dos governantes, surgiu como uma escola profissionalizante para os menos favorecidos.

A ETESHJS reflete bem esse perfil, tendo como alunos trabalhadores, em sua grande maioria, moradores de localidades mais periféricas em relação aos grandes centros e/ou de comunidades carentes, com renda familiar média de três salários mínimos distribuídos para até cinco moradores da mesma residência.

Hoje, além dos cursos técnicos pós-médio, a escola (e toda a rede), vem ampliando suas atividades através de um convênio firmado entre os governos estadual e federal, com cursos de qualificação profissional (PRONATEC/FIC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) de curta duração, para pessoas com escolaridade a partir do ensino fundamental. Contudo, lembro a citação de Fernandes (1989, p. 242) que diz que “O trabalhador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo e, para isso, não basta lhe dar adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica”.

Os principais objetivos desses cursos são assim definidos, nos documentos oficiais:

“Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. É uma ação de formação profissional voltada para inscritos no Cadastro Único com o objetivo de ampliar as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC). Os cursos serão custeados pelo Governo Federal (MEC) junto às Unidades Ofertantes, sendo gratuitos para os beneficiários de Idade entre 16 e 59 anos”. (PLANO BRASIL SEM MISERIA BSM/PRONATEC, Brasília, 23 de abril de 2012)

Em verdade, a chegada desses cursos de curta duração na ETESHJS muda, pelo menos enquanto perdurar este Programa, o perfil dos alunos da escola, já que desde seu princípio ela realiza, apenas, cursos técnicos pós-médios e especializações pós-média em saúde.

Foi pelo interesse em melhor conhecer os alunos da formação técnica subsequente em saúde e poder caracterizar o perfil desses trabalhadores/ “batalhadores” que, mesmo com todos os percalços, permanecem na luta pelo seu espaço, que decidi elaborar este estudo.

Para realizar a pesquisa foi extremamente relevante caracterizar os perfis socioeconômico, educacional e ocupacional de forma objetiva desses alunos. Contudo, foi a possibilidade de ouvi-los que me fez compreender seus desejos, suas ambições e a até mesmo as suas frustrações.

Afinal, quem são esses trabalhadores? São pessoas que procuram uma formação técnica em saúde por convicção e que por algum motivo não tiveram a oportunidade de realizá-la em paralelo com o ensino médio? Que aspirações possuem esses alunos em relação ao mundo do trabalho? As questões socioeconômicas foram relevantes na escolha desse curso? Os cursos atendem de fato as suas expectativas?

A partir do estudo de caso na ETESHJS, discute-se a dualidade educacional entre o ensino propedêutico e a formação profissional técnica e também as políticas de contenção do acesso ao ensino superior por meio do incentivo à formação técnica (CUNHA, 2000).

Esse estudo, tem o objetivo de caracterizar o perfil sócio demográfico dos alunos da escola pesquisada, a partir da investigação das suas trajetórias educacional e seus vínculos empregatícios.

Para atender esse objetivo central fez-se necessário realizar um desdobramento desse tema em outros distintos temas:

- A ETESHJS (como integrante da rede FAETEC) como uma instituição “nascida” para profissionalizar os menos favorecidos e que hoje recebe prioritariamente alunos provenientes das precárias escolas de ensino médio do estado, assumindo, dessa forma, um importante papel na profissionalização de uma ampla fatia de jovens e adultos que veem as escolas dessa rede como uma única possibilidade de ascensão social;
- A discussão da dualidade, bem como a qualidade na educação profissional a partir dos atuais programas de educação profissional em saúde nos governos recentes (PROFAE, PROFAPS E PRONATEC);
- Razões pelas quais os alunos da instituição estudada “optaram” por realizar uma formação técnica em saúde, envolvendo suas dificuldades e aspirações educacional e ocupacional, a partir dos seus depoimentos individuais.

O caminho metodológico escolhido foi a realização de um estudo de caso para entender a trajetória educacional e ocupacional dos alunos da ETESHJS, buscando compreender um universo muito mais amplo sobre as questões que rodeiam os discentes dos nossos cursos técnicos pós-médios em saúde.

Mais do que vocação ou uma escolha, a realização de uma formação técnica de nível médio pode representar efetivamente a única saída para esses alunos para uma mudança de vida logo, me parece, que para as classes menos favorecidas a formação técnica *não é uma opção, mas uma falta de opção* para aqueles que não puderam ou não conseguiram seguir adiante nos estudos.

Nessa conjuntura, o estudo de caso como proposta metodológica me trouxe a oportunidade de conhecer e discutir aspectos relevantes não pensados como objeto de estudo no início da pesquisa, mas que se tornaram extremamente importantes ao longo do processo.

Entendo, que dessa forma, não só as trajetórias educacional e ocupacional dos alunos foram relevantes para o estudo, mas que também esses detalhes pelos quais os alunos *escreveram* suas trajetórias são a grande contribuição dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1 – ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SAÚDE HERBERT JOSÉ DE SOUZA (FAETEC) – A PROFISSIONALIZAÇÃO DE ALUNOS/TRABALHADORES

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a trajetória da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza, desde sua origem como um hospital para os internos do CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência) de Quintino, passando pela mudança do perfil dos alunos, de menores infratores para *classe média* até seu ingresso na Rede FAETEC e sua regulamentação como uma Escola Técnica de Saúde, porém sem perder sua essência como uma escola de formação profissional para trabalhadores que veem na instituição uma possibilidade importante de mudança de vida. .

1.1 UMA ESCOLA DE QUALIFICAÇÃO PARA MENORES INFRATORES

O espaço físico onde hoje funciona a Escola Técnica de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS), era um prédio único, construído em 1950, utilizado como um hospital para os internos do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA) de Quintino, sob a denominação de Hospital Central do CBIA, até meados da década de 90 (ETESHDS, RJ, 2004).

O Hospital de Clínicas (HC) da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), referência em pediatria na década de 70, era entre os vários prédios existentes, o lugar mais alto do Complexo de Quintino. Esta unidade hospitalar foi fechada em março de 1996 após um longo período de ostracismo, quando o espaço foi definitivamente cedido para o Governo do Estado do Rio de Janeiro (CARVALHO, et al, 2012).

O CBIA do Complexo de Quintino foi a instituição herdeira da antiga FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor), vinculado ao Ministério do Bem-estar Social, cujo período de existência foi curto (de 1992 a 1995) e tinha a responsabilidade de atender aos internos da FUNABEM e da FEEM (Fundação Estadual de ensino para menores), conforme o seguinte relato:

“A clientela que nós atendíamos lá em cima eram as crianças de rua mesmo, os meninos da chacina da Candelária; depois o projeto foi se expandindo, e aí se tornou um abrigo mesmo, vieram crianças do juizado de menores, nós fazíamos abordagem de rua, nós íamos nas ruas pegar essas crianças, vinham crianças de outros orfanatos para cá, de outros abrigos para cá, depois a FEEM que também era aqui dentro foi extinta. (...) Nós pegamos 147 crianças da FEEM. (...) Onde é a lavanderia era a FEEM, então a FEEM foi extinta, acabou a FEEM e como tinha abrigo aqui dentro essas 147 crianças passaram para gente, então o Lisâneas ‘abarganhou’ essas crianças e passou a tomar conta delas. Nós recebemos essas crianças com sarna, com piolho, assim da pior maneira que você possa imaginar nós recebemos essas crianças. Aidéticas também. (...) Aqui no Complexo só atendia as crianças da comunidade, das favelas próximas, filhos de catador de papel, de bandido, traficantes” (Entrevistado apud SIQUEIRA, 1999, p.20 e 21).

Em 1991, através do parecer nº 52/91 foi autorizado o funcionamento do curso de “qualificação profissional” em nível de 2º grau, na área de saúde, no Centro de Estudos do Hospital Central do CBIA de Quintino, sob a justificativa de oportunizar o desenvolvimento dos internos, que aos 18 anos só haviam tido qualificações em nível de 1º grau e tal formação lhes favoreceria na inserção no mundo do trabalho (Parecer CEE nº 52 de 21/02/1991).

“Os cursos autorizados por tal parecer foram: auxiliar de enfermagem, técnico em enfermagem, auxiliar de patologia clínica, técnico em patologia clínica, atendente de consultório dentário, auxiliar em laboratório de prótese, técnico em laboratório de prótese odontológico e auxiliar de farmácia, sendo as aulas iniciadas em 1991 e o estágio era oferecido no mesmo local” (LEOCÁDIO, 2005, p. 55).

Em 10 de agosto de 1993 foi celebrado um convênio entre o CBIA de Quintino, através do então Ministério do Bem-estar social e o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, sob a responsabilidade do governador Leonel de Moura Brizola, que surge como uma reafirmação da constituição de 1937, onde declarava que as escolas profissionalizantes deveriam ser voltadas para as classes menos favorecidas:

“As partes assumem o compromisso de cooperação mútua, através de ações integradas e a concretização de medidas de proteção e sócio-educativas destinadas à crianças e adolescentes, especialmente aquelas em situação de risco pessoal e social, nas Unidades que compõem o complexo educacional denominado Centro Piloto de Quintino”. (Trecho do termo de convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 10 ago. 1993)

Nesse convênio, foi firmado o repasse pelo CBIA ao governo do Estado do Rio de Janeiro dos imóveis e móveis, equipamentos e utensílios que integram e servem o patrimônio do “Centro Piloto de Quintino” (futuramente denominado de FAEP - Fundação de Apoio à Escola Pública e atualmente de FAETEC), inclusive o hospital que nesse funcionava.

Em 1º de janeiro de 1995, o CBIA foi extinto pela medida provisória nº 813 e no final do ano de 1995, o governador Marcelo Alencar instituiu, então, o CEI (Centro de Educação Integrada) no Complexo de Quintino e a presidência passou a ser da educadora Nilda Teves, que toma posse em janeiro de 1996 (SIQUEIRA, 1996).

Segundo Siqueira (1996), com a extinção da CBIA no Complexo de Quintino, seus internos tiveram que retornar à casa de seus familiares, aqueles que possuíam, ou eram mandados às outras instituições que abrigavam esses menores.

Em entrevista com os antigos funcionários da instituição, Siqueira transcreve os seguintes comentários:

“As crianças foram distribuídas, ficaram um pouco com padre Marcelo; onde tinha um abrigo, (...) quando você procura uma família que aquela criança tem uma família, se essa criança não está na família, algum problema tem, tinha mãe que não sabia nem quantos anos esse filho tinha mais. E o que é que aconteceu? Eles não ficavam com a família, acabavam voltando aqui para a porta. Isso era doloroso, porque esse desgaste com a família é um processo a longo prazo, não é assim. (...) Os maiores foram para a Fazenda Modelo (...) Um lugar onde tem mendigos, prostitutas, traficantes...” (entrevistado apud SIQUEIRA, 1996, p.25).

Ao final deste mesmo ano, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, instaurou o CEI (Centro de Educação Integral) de Quintino, com o objetivo de uma renovação pedagógica atendendo, principalmente a crianças moradoras de favelas próximas, de área em que a educação era pouco atendida de outros Municípios (SIQUEIRA, 1996, p. 22).

Em outro trecho da mesma entrevista supracitada, os profissionais descrevem a forma pela qual se deu essa transição de CBIA para o CEI de Quintino:

“Nós tínhamos rapazes que sempre viveram, que nasceram na Romão Duarte, que não sabiam (...) Nunca saíram da instituição. (...) ela (Nilda Teves) começou a deixar eles saírem. Para ir ao baile, então os garotos começaram a adorar a Nilda, rodeavam ela porque ela deu essa possibilidade para eles. Nosso trabalho começou a ir por água abaixo aí. Porque aí quando eles voltavam de madrugada eles não entravam. ‘Ah! Você saiu então não vai entrar.’ Iam lá e registrava os menores como se eles tivessem evadido. Nós não podíamos ir a Madureira, muitas ficaram ali embaixo da ponte. Nós passávamos em Madureira: ‘Oh! Tiaaaa!’ Levei um tempo para voltar a Madureira, as crianças atrás da gente; as crianças voltaram, quem cheirava cola, quem não cheirava mais, volta a pegar, a cheirar, muitos a gente conseguiu né, sem tratamento sem nada. Só de ficar isolado naquele ambiente, não fazia mais nada”. (entrevistado apud SIQUEIRA, 1996, p. 25)

No entanto, Nilda Teves em entrevista, coloca a questão da mudança de clientela sob uma nova perspectiva:

“[...] cada escolinha daquela seria uma república e nós administraríamos o condomínio com a representação dos moradores e faríamos o céu na terra, foi o meu idealismo cristão. Fico comovida porque eu sou marxista, mas o que me levou para o marxismo foi o cristianismo. Porque eu acho que a justiça social, a sociedade justa, humana e fraterna não se dá no capitalismo. Então eu fui pra lá pra isso, como cristã fazer o céu na terra e, em um ano eu trabalhei lá avaliando sistematicamente e no final de um ano nós avaliamos que não podia ser possível aquele projeto, por quê? Porque ali não tem muro e os meninos fugiam, num Complexo de um milhão de metros quadrados, eles circulavam, eles iam para as ruas assaltavam, vinham de ônibus entravam correndo, eles subiam ao morro do Fubá traziam a droga. Então não dava jeito, eu não conseguia tirar da droga e nem corrigir desvio de comportamento grave. (...) A estrutura física do ambiente, quer dizer, eu errei quando não avaliei o espaço físico. Eu pensei que eu conseguiria com aquele espaço ser um paraíso. [...] Nós chegamos à conclusão de que não dava, aí coletivamente nós decidimos que o projeto tinha que mudar, aí eu fui ao Governador. [...] O senhor por favor tenha uma instituição que atenda a criança enquanto moradia e nós faremos lá só uma instituição de educação”. (SIQUEIRA, 1996, p. 26).

Nesse sentido, em 1996 o complexo de Quintino deixa de ser um centro de assistência e recuperação de menores infratores, abandonados ou inadaptados em família e passa a ser concebido como um Centro de Formação Educacional. Um complexo de escolas do ensino fundamental, segundo grau e técnico profissionalizante que “atende alunos de variadas classes sociais - inclusive a chamada classe média falida” (SIQUEIRA, 1996, p. 24 e 26).

“[...] Marcello Alencar disse categoricamente que a prioridade em termos de educação era para as crianças que ainda não haviam se marginalizado, que achava desperdício cuidar do grupo de menores já marginalizados, seria perda de tempo. A Reforma reforçou a exclusão por um progressivo e deliberado processo de “higienização”, de “limpeza”. (SIQUEIRA, 1996, p.26).

Segundo Rummert (2005), a partir dessa afirmação ratificamos a ideia de que a educação profissional sempre esteve destinada, desde os primeiros estabelecimentos, a crianças e adolescentes pobres e abandonados (Cunha apud Rummert, 2005).

No entanto, Siqueira (1996, p. 24) defende que essa transição de CBIA para CEI em Quintino “era um projeto louvável, ainda mais ao levarmos em consideração a necessidade da convivência e da troca de experiências entre crianças das mais variadas classes sociais”. Contudo, a autora questiona o número de alunos realmente carentes que conseguem aprovação no concurso para o ingresso no ensino médio.

Em 21/07/1996, através da Lei nº 1.176, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a FAEP – Fundação de Apoio à Escola Pública, vinculada à Secretaria de Estado e Educação, funcionando sob o estatuto elaborado pelo Secretário de Educação e aprovado pelo Governador do Estado Marcelo Alencar (LEOCÁDIO, 2005).

Segundo o governo da época (Marcelo Alencar), a finalidade principal da implantação da FAEP era de complementar as funções da Secretaria de Educação no que tangia à agilização dos mecanismos necessários ao funcionamento /da Rede Pública Estadual de Ensino e atuar como entidade de apoio técnico (FERREIRA FILHO, 2004).

Nesse período, como Presidente da FAEP, Nilda Teves herdou do extinto Hospital de clínicas (HC) os alunos do seu Centro de Estudos, todos da área da saúde. Ela optou por manter todos os cursos que estavam em andamento na ocasião (Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica e Auxiliar (e Técnico) em Prótese Dentária) (CARVALHO et al, 2012).

Naquela época, também foram designadas as lideranças, mais especificamente as primeiras pessoas a assumirem os cursos já existentes e sob a tutela da unidade. Por falta de pessoal, estes docentes lecionavam disciplinas de todos os cursos do CEI (Centro de Educação Integral) de Quintino. Foram eles que tiveram a responsabilidade de concluir as

turmas iniciadas pelo Centro de Estudos do Hospital de Clínicas (HC), o que foi feito até dezembro de 1996 (CARVALHO, et al, 2012).

Ainda em 1996, a partir do Decreto nº 22.011 o governo do Estado transfere a FAEP da Secretaria de Estado da Educação para Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Nessa conjuntura, sete escolas técnicas estaduais (Escolas técnicas estaduais Ferreira Vianna, Visconde de Mauá, Juscelino Kubitschek, Oscar Tenório, Henrique Lage, João Barcelos Martins e João Luiz do Nascimento) passaram a fazer parte dessa secretaria (DOE-RJ, 12 de fevereiro de 1996).

A partir desse decreto, todos os bens móveis, meios de comunicação e transportes passaram a pertencer a FAEP e os servidores dessas escolas técnicas ficaram vinculados à secretaria de educação à disposição da FAEP, até a efetivação de todo o processo de transferência. (DOE-RJ, 12 de fevereiro de 1996).

Ressalta-se, que foram transferidas da Secretaria Estadual de Educação para a FAEP somente as escolas técnicas e consideradas “as mais bem estruturadas” do estado. Já que devido às políticas preferencialistas (sic) do governo Alencar na área tecnológica, era necessário à transferência de escolas que trouxessem retorno político para que as ações do governo na área da educação fossem consolidadas tornando o ensino da FAEP como sendo de excelência (PAIVA, 2003, p. 85).

Ainda sob a referência de Paiva (2003) que afirma ter ido o “filé mignon para a FAEP e ficado apenas o osso para a SEE” (Secretaria Estadual de Educação), todos os recursos eram enviados para FAEP (novos laboratórios, equipamentos, salas de aulas bem estruturadas, salários melhores para os professores, etc.) em detrimento das outras escolas do estado sob a tutela da Secretaria Estadual de Educação que não recebiam nenhum tipo de apoio e, nas palavras de Paiva (2003, p. 88): “ficando abandonadas à própria sorte”.

Em consonância com as palavras de Paiva, a nova presidente da FAETEC Marlisa de Souza que substituiu a Prof.^a Nilda Teves em discurso para os candidatos ao concurso para o ensino médio em outubro de 1998, proferiu as seguintes palavras:

“Hoje as Escolas Técnicas Estaduais e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, integrantes da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, recebem atenção muito especial do Governo do Estado, com o objetivo de oferecer ensino moderno e de qualidade e prestar serviços variados à comunidade. Os programas curriculares foram revistos, as instalações foram ampliadas e recuperadas, novos equipamentos didáticos foram adquiridos, foi implantado o plano de cargos e salários, com carreira profissional estimulante e melhor remuneração para professores e funcionários. É para uma instituição com estas características que você virá”. (SIQUEIRA, 1996, p. 23)

Em 10 de junho de 1997 a lei n.º 2.735 foi decretada pela ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) e sancionada pelo Governador do Estado do RJ, Marcelo Alencar, onde a FAEP passa a denominar-se FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica) como uma entidade de pessoa jurídica de direito privado (FERREIRA FILHO, 2004, p.17).

No último ano do governo Marcelo Alencar (1998), a Professora Nilda Teves que outrora assumira a Secretaria do Gabinete Civil e foi a responsável por estabelecer a transposição do modelo da FAEP para FAETEC (sendo sua primeira presidente) atendeu ao convite do governador e assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia (PAIVA, 2003).

Nesse mesmo período, diante de questionamentos de alguns deputados da época em relação ao custo/benefício para contratação de profissionais pelo regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), além da alta rotatividade de docentes, já que apesar do crescimento da FAETEC, a qualidade no ensino era comprometida, em 05 de abril de 2002, a lei nº 3808 altera a natureza jurídica da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) de direito privado para a de direito público, e passa o regime de pessoal efetivo da FAETEC de celetista para estatutário (FERREIRA FILHO, 2004).

A partir de 2001, devido à necessidade de promover qualificação em saúde, o Hospital Central da Instituição foi readaptado para atividades pedagógicas, sendo renomeado para Unidade Profissionalizante da Área da Saúde (UPAS).

Dessa forma, o então presidente da FAETEC, Carlos Augusto de Azevedo estabelece que a UPAS deverá, no ponto de vista pedagógico, vincular-se à Escola Técnica Estadual República, por ser uma extensão da mesma (Portaria PR/FAETEC nº 79, de 19 de fevereiro de 2001).

1.2 MUDANÇAS DO PERFIL DOS ALUNOS E DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Ao fazermos um retorno à história, lembramos que a Constituição de 1937 estabeleceu que a educação profissional fosse voltada “as classes menos favorecidas e que era dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados.” (BRASIL, 1937, Art. 129).

Ainda nesse processo histórico, avaliamos que a partir das Leis Orgânicas de 1942, estabelecida por Capanema, definiram-se duas distintas formas de ensino: o secundário propedêutico destinado à educação de intelectuais e o técnico para formação de trabalhadores instrumentais.

Dessa forma os alunos vindos das formações técnicas não tinham o direito de acesso ao ensino superior. Tal estratégia só foi modificada em 1961, com a promulgação da Lei nº 4.024 que estabelecia equivalência entre o ensino secundário e o ensino técnico, permitindo o prosseguimento dos estudos (CAMPELLO, 2000).

Nessa conjuntura, Campello (2000) descreve que a dualidade estrutural expressa uma fragmentação da escola a partir da qual se delineiam caminhos diferenciados segundo a classe social, repartindo-se os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração.

A autora afirma que a dualidade estrutural confirma-se nos limites das classes sociais e da dicotomia histórica entre os estudos de natureza teórica e os estudos de natureza prática. Nesse sentido Aires descreve que o:

“O dualismo estrutural na educação tem deixado profundas marcas negativas nos cidadãos brasileiros: por um lado a escola pública de formação geral não tem sido capaz de formar o cidadão produtivo desejado pelo mercado, pois mantém um abismo entre as competências exigidas pelo sistema e as adquiridas pelos egressos, também não produz uma formação humana mais ampla que possibilite o questionamento do sistema desumanizador que domina na atualidade”. (AIRES, 2008, p. 66 e 67)

Nesse sentido, destacamos que as Escolas da Rede FAETEC, inclusive a Instituição estudada, tem valorizado e ampliado a largos passos, cursos de curta duração (FIC - cursos de formação inicial e continuada), pautados prioritariamente em atividades práticas em detrimento de conteúdos científicos com discussões críticas (<http://www.faetec.rj.gov.br>. acesso em 12 abr. 2013).

Essa dualidade torna-se clara na história da FAETEC, quando lemos anúncios como o descrito no jornal O DIA (09 de abril de 2013), jornal este, conhecido por ter um trabalho de imprensa popular, que trouxe em seu portal www.odia.com.br/economia, no seu caderno de *economia*, que a rede FAETEC estava abrindo mais de 30 mil vagas para cursos de “qualificação”, com a novidade de que, dentre estas, quase 4 mil vagas seriam destinadas especificamente “às comunidades pacificadas no Rio, com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)”.

Nessa mesma reportagem, o atual Secretário de Ciência e Tecnologia Gustavo Reis Ferreira (Tutuca) explica que o processo seletivo será feito através de sorteio para “diversas áreas que estão em alta”, citando como exemplo a área de hotelaria, sendo dessa forma uma excelente oportunidade para esse público.

Os cursos oferecidos são diretamente relacionados às necessidades do mercado, com promessas de bons salários, empregos garantidos e carteira assinada. Para tal, basta que o candidato tenha o ensino fundamental e no mínimo 15 anos de idade.

Em outro jornal, bastante popular, o ex-presidente da FAETEC, Professor Celso Pansera descreve claramente os interesses políticos por esses cursos de curta duração:

“O Professor Celso Pansera, destaca que os profissionais mais procurados são os capacitados nas áreas de Construção Civil e Metalmeccânica: - Devido aos investimentos (para exploração de petróleo) na camada pré-sal, “essa área está bastante aquecida. Nessa primeira rodada, boa parte dos cursos tem como foco os grandes eventos internacionais que o estado vai sediar, como a Jornada Mundial da Juventude, em julho deste ano, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. A ideia é formar profissionais para vencer os desafios do crescimento do Estado do Rio. (JORNAL EXTRA. Entrevista publicada em 15 de janeiro de 2013”, www.extra.globo.com/faetec. Acesso em: 12 abr. 2013.).

Como via de regra, os alunos para ingressarem na escola aqui estudada para a realização de formação técnica, precisam passar por um processo seletivo, com provas objetivas de português e matemática em nível de ensino médio, optando pelo curso desejado.

Contudo, para os cursos de “qualificação” de curta duração são realizados sorteios para a ocupação das vagas.

Nas palavras de Rummert, essas,

“novas iniciativas voltadas para a educação da classe trabalhadora, em particular das frações mais desfavorecidas, devem ser compreendidas como rearranjos da mesma lógica que gera, ao longo da história, um conjunto de propostas que visam atender, prioritariamente, às necessidades imediatas e mediatas do capitalismo auto reformador”. (MÉZSÁROS apud RUMMERT, 2005, p. 305)

A autora ainda afirma que não podemos “nutrir a ilusão de que medidas restritas e “focadas” alterarão minimamente o quadro de dualidade que marca a educação brasileira, como expressão cruzada de nossas contradições internas e da globalização do capital” (MÉZSÁROS apud RUMMERT, 2005, p. 314)

No que se refere à Escola pesquisada, seu PPP - Projeto Político Pedagógico, descreve que a instituição possui avanços pautados no exercício de uma prática pedagógica e administrativa mais participativa, democrática e descentralizada, no entanto, se afirma como contraditória por apresentar aspectos positivistas, conservadores e excludentes (ETESHJS, RJ, 2004, p.9). Essa contradição é ainda mais evidente quando descrevemos que a procura pela escola é de alunos acima de 18 anos, “oriundos de toda região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, de cidades da Baixada Fluminense e Leste Fluminense e da comunidade do entorno do complexo de Quintino” que buscam a qualificação e habilitação profissional (ETESHJS, RJ, 2004, p.14).

Segundo Aires (2008), na escola pública predomina o discurso populista da inclusão social e da flexibilidade por um lado; e por outro, a prática neoliberal do estado mínimo que não garante a infraestrutura material ou humana necessária.

Nessa conjuntura, levando em consideração a própria origem da FAETEC, onde os governantes deixavam claro que a educação profissionalizante era destinada às “crianças e adolescentes, especialmente aquelas em situação de risco pessoal e social” (trecho do termo de convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 10/08/93) e hoje, com o incentivo aos cursos de curta duração para inserção imediata no dito mercado de trabalho, em detrimento de uma formação efetivamente de qualidade.

1.3 A REGULAMENTAÇÃO COMO UMA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA REDE FAETEC

Em 2001, a UPAS deixa de ser subordinada a CETEP (Centro Tecnológico Profissional) de Quintino e passa a ser vinculada à ETE República (FAETEC, 2001), porém, ainda sem a almejada autonomia administrativa, já que as certificações de conclusão de curso eram realizadas pela Escola Técnica República.

Como as atividades eram compatíveis com a atuação de uma Escola Técnica, a Coordenação solicitou à Presidência da FAETEC, na ocasião ocupada pelo o Prof. Carlos Augusto de Azevedo, a transformação da unidade em uma escola autônoma, com a seguinte proposta de nomenclatura: Escola Técnica de Ensino Pós-Médio na Área de Saúde (ETEPMAS). Dessa forma, em 2002, foi aberto um processo de transformação da UPAS em Escola Técnica Estadual de Saúde (CARVALHO et al. 2012).

Em 01 de julho de 2004 a então Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, através do Decreto nº 35.777, sob a justificativa da necessidade de expansão da rede de ensino profissionalizante do estado, cria a Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Daniel de Souza, ficando subordinada a Secretaria de Ciências e Tecnologias (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Rio de Janeiro de 02 de julho de 2004).

A escola possui um espaço físico relativamente pequeno, porém capaz de absorver mais de 800 alunos, divididos em seus três turnos de funcionamento. A área física é composta de 13 salas de aula; uma biblioteca; um complexo de salas administrativas (direção, setor de pessoal, setor de patrimônio, secretaria escolar, coordenação pedagógica, setor de estágios, setor de tecnologia da informação e setor de marketing); dois laboratórios de Patologia Clínica, três laboratórios de Prótese Dentária, um laboratório de Imobilizações Ortopédicas, um laboratório de Psicologia Aplicada (laboratório de emoções), dois laboratório de Enfermagem, um laboratório de Enfermagem do Trabalho e Suporte Básico de Vida, um laboratório de informática com 15 computadores; uma sala para professores, seis salas de coordenação de curso; um auditório com 72 lugares; dois banheiros para funcionários e cinco banheiros para alunos (ETESHJS, RJ, 2004)

Hoje, a Escola possui três diferentes formações técnicas em saúde: curso técnico em enfermagem, curso técnico em Análise clínica e curso técnico em prótese dentária. Estes cursos têm duração mínima de três semestres, divididas em três etapas, antes denominado de módulos e os cursos oferecidos são para a formação técnica subsequente, ou seja, após o término do ensino médio ou cursando o último ano do ensino médio (LEOCÁDIO, 2008).

Em 22 de maio de 2012, a partir do Decreto nº 43.606, para correção de um erro gráfico ocorrido em 2004, o nome da Escola foi alterado de Escola técnica de Saúde Herbert Daniel de Souza (ETESHDS), para Escola Técnica de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS) (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Rio de Janeiro de 23 de maio de 2012).

Quando foi dada autorização para a abertura do processo para transformação da unidade em Escola Técnica, foi feito um plebiscito interno para eleger o nome da futura escola. O eleito foi o sociólogo Betinho. No entanto, para não nomear a unidade com o “apelido” de uma personalidade, buscou-se conhecer o nome real daquele a quem se queria homenagear. Por um equívoco de um dos representantes da UPAS, que referiu que o nome completo era “Herbert Daniel de Souza”, e não “Herbert José de Souza”, a primeira acabou sendo a sugestão para a publicação (CARVALHO, et al 2012).

1.4 UMA ESCOLA PARA ALUNOS/TRABALHADORES

A escola aqui pesquisada tem, hoje, como prioridade de ensino a educação profissional pós-medio na área da saúde, além de possuir cursos de especialização pós-médio (enfermagem do trabalho, massoterapia, hemoterapia, dentre outras).

Contudo, a partir deste ano, passou a ter formação integrada com ensino médio, em enfermagem, no turno da tarde e cursos relacionados ao PRONATEC/FIC que poderão futuramente modificar o perfil dos alunos da escola.

Dessa forma, a procura por esta instituição, desde os primórdios, no final da década de 90 até a data atual, se dá basicamente por trabalhadores, que em geral já concluíram o ensino médio, normalmente de longa data, e que por questões socioeconômicas precisaram ingressar no mundo do trabalho de forma precoce, não possuindo a oportunidade (nem econômica, nem

de tempo) de realizarem cursos de formação de nível superior ou uma profissionalização técnica anteriormente.

Outra característica importante, que atrai os alunos para a escola aqui estudada é o fator desemprego, em função da dificuldade em conseguir se inserir no mundo do trabalho em atividades laborais com melhores salários e/ou estabilidade, sob a crença de que uma profissionalização trará maiores oportunidades.

Seja qual for a justificativa para a entrada na escola, o fato é que como um todo, a dificuldade econômica é uma característica efetiva no perfil dos alunos da instituição. Visto que, questões como o bloqueio, por motivos diversos, do vale transporte (Riocard) geram automaticamente ausência em massa de alunos em sala de aula e os discentes do turno da noite demonstram-se extremamente preocupados para que as aulas não ultrapassem às 22 horas, pelo temor de não conseguirem transporte para suas casas, já que muitos residem em bairros extremamente distantes da escola (Baixada Fluminense, Caxias, Campo Grande, etc), como será confirmado nos capítulos seguintes.

Outro ponto que merece atenção é formação básica desses alunos, que em sua maioria foi realizado nas escolas públicas dos municípios e do estado, que sofrem com o abandono e descaso do poder público, acarretando uma educação ineficiente e que colocam os esses alunos em posição de desigualdade em relação aos demais estudantes da rede privada ou pública federal, na disputa por vagas em Universidades ou até mesmo empregos de melhor qualidade.

Ressalto ainda, que os alunos pesquisados da ETESHJS, veem o processo seletivo da FAETEC como uma forma “democrática”, já que dentre as escolas públicas profissionalizantes é a que permite a maior facilidade para o ingresso, logo, admite que alunos vindos do ensino médio estadual, mesmo que precário, tenham acesso a seus cursos.

Essas afirmações serão discutidas de forma mais aprofundada nos capítulos 3 e 4.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO/PÓS-MÉDIO E A EDUCAÇÃO PARA OS MENOS FAVORECIDOS

O objetivo deste capítulo é discutir as formas de contenção de alunos no nível médio, bem como a dualidade entre a educação propedêutica e a educação profissional e a qualidade de ensino nesta última área, utilizando-se como base os programas atuais de governo voltados para cursos profissionalizantes aligeirados e de qualidade discutível.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO: A IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE

Segundo Mendes (2003), desde o final da década de 70 os alunos concluintes do antigo 2º grau poderiam completar sua formação técnica em escolas que realizavam cursos específicos denominados curso técnico especial ou pós-secundário.

Ainda, sob referência da autora, na década de 1980 esses cursos passaram a ser realizados pelo SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e por Escolas Técnicas Federais. No entanto, essas instituições eram em número insuficiente e as escolas privadas não possuíam interesse nesse tipo de formação, tendo como preferência os cursos técnicos em paralelo ao ensino médio.

Nos anos 90, mais precisamente em 1997, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 5º o referido decreto estabelece que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

Para Brandão (2011, p.197), essa separação obrigatória entre o ensino médio regular e o ensino médio profissionalizante é o “fato estrutural mais evidente” da reforma educacional realizada no governo FHC, além da implementação do “desenvolvimento das competências no âmbito curricular”. Dessa forma, o autor esclarece que um dos objetivos dessa separação

“era tornar o ensino profissional de nível médio mais curto e, portanto, de mais rápida conclusão”.

A partir do Decreto 2.208/97, a educação profissional poderia ser realizada em escolas de ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. O preparo de profissionais técnicos ocorreria no nível do ensino médio, de forma paralela ou depois de atendida a formação geral do educando, ou seja, de forma subsequente.

Para Mendes (2003), outra mudança importante é a fragmentação dos cursos em módulos, com certificações ao término de cada etapa, qualificando o aluno para entrar no mercado de trabalho o mais precocemente possível. O autor descreve dois importantes fatores para todas as mudanças do governo no âmbito da educação profissional. O primeiro:

“Um dos fortes argumentos do governo para empreender todas as mudanças na educação profissional é que as escolas técnicas, por meio do seu modelo integrado de educação profissional, acabaram na prática por tornar-se, em sua essência, preparatórias de bons candidatos para o vestibular, sendo, inclusive, disputadas pela elite. Além disso, a rede de escolas técnicas, pelo modo como organiza o ensino técnico, atende uma minoria da população escolar” (MENDES, 2003, p. 2).

O segundo:

“Outro fator ressaltado foi a consideração de que o alto custo do ensino técnico não justificaria uma escola que tivesse como clientela padrão a classe média, essa mesma classe média que procura na escola pública de qualidade a adequada preparação ao enfrentamento dos exames vestibulares para os cursos superiores e para a inserção no mercado de trabalho. Segundo o discurso oficial, o ensino técnico oferecido pelo sistema federal de ensino não atingia os trabalhadores e se revestia mais de características propedêuticas do que profissionalizantes, ou seja, estava voltado para a preparação dos alunos para os processos seletivos do ensino superior” (MENDES, 2003, p. 94).

Com o início do governo Lula foi restabelecida a possibilidade de desenvolvimento integrado do ensino médio com o ensino técnico e reverter a forma modular e o desenvolvimento por competências estabelecido no governo anterior, revogando o Decreto nº 2.208/97, (FRIGOTTO et al, 2005).

De fato, em julho de 2004 o Presidente Lula assinou o Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto n. 2.208/97 e restituiu, segundo Ortigara e Ganzeli (2011, p. 6), a “integração do ensino propedêutico com o ensino profissional”. No entanto, não tornou obrigatório o desenvolvimento do ensino técnico integrado, deixando para as instituições de ensino a possibilidade de escolha na “organização escolar de seus cursos”.

Nesse sentido, Frigotto (2005, p. 1091 e 1105) afirma que a “mobilização esperada pelo Decreto não ocorreu”, e de forma contraditória, o governo passou a realizar cursos voltados para a aprendizagem profissional que foram:

“desenvolvidos pela rede federal de educação técnica e tecnológica (CEFET) para jovens acima de 18 anos e adultos, no entanto, esses cursos terão uma carga horária de educação geral e profissionalizante sensivelmente diferente da carga horária dos cursos regulares da rede”.

Araujo (2004) explica que esta é uma acomodação de interesses que a tudo permite e o Estado, por sua vez, se omite diante da necessidade de afirmar um projeto educacional efetivamente emancipador para o ensino médio. Contudo, ele acredita que este é um avanço, já que a possibilidade de uma educação profissional de nível médio integrada é melhor que a sua impossibilidade.

O fato, é que independente da forma de profissionalização (integrado, concomitante ou subsequente), a discussão sobre a importância e a necessidade de novos rumos para a educação profissional está em evidência tanto na fala do governo quanto na dos educadores.

Nessa discussão, no que diz respeito especificamente à formação técnica na área da saúde, lembramos que Felix Rigoli, Gerente de Sistema de Saúde da Opas/OMS (Organização Pan Americana da Saúde / Organização Mundial de Saúde), ao participar do seminário profissional técnico de nível médio para a saúde, que aconteceu em Brasília (2011), afirmou que esses profissionais são caracterizados por “saber-fazer procedimentos, utilizar tecnologias, e alguns formatos de cuidado e, muitas vezes, esse saber fazer é o que caracteriza a profissão” (MATHIAS, RET-SUS, RJ, setembro de 2011, p. 12).

Em consonância com essas palavras Pereira e Ramos descrevem que historicamente, dentre as profissões relacionadas à saúde, a enfermagem é a que possui essas características de forma mais evidente:

“As atividades desenvolvidas por estes profissionais careciam de conhecimento teórico, sendo suas atividades puramente manuais. A enfermagem apresentava-se como atividade prática [...] a qualificação para o desempenho das atividades de enfermagem não consistia em um ensino sistematizado, mas sim um treinamento de jovens que tinham optado por uma vida conventual [...] o treinamento era essencialmente prático, os superiores, já treinados orientavam o aprendizado das novatas que desenvolviam comportamento copiativo e não se preocupavam com o nível intelectual e em dar informações teóricas as aprendizes”. (PEREIRA e RAMOS, 2006, p. 22-23)

Ainda em referencia ao tema, o Ministro atual da Saúde José Padilha, no mesmo seminário previamente citado, ressaltou a necessidade de afastar a ideia preconceituosa de valer mais a pena investir na formação de nível médio, devido o seu custo ser mais barato e esta ser mais rápida e mais fácil (MATHIAS, RET-SUS, RJ, setembro de 2011, p. 12).

Em verdade, com o conceito antigo, firmado pela Constituição de 1937, de que as Escolas Profissionalizantes deveriam ser voltadas para as classes menos favorecidas, tornou-se real, durante anos e anos, a afirmativa de que a educação para esse público não necessitaria de grandes investimentos para sua qualidade, apenas para sua quantidade, já que deveria atender a uma imensa demanda.

Nas palavras de Pereira e Ramos (2006) o mundo do trabalho, da saúde e da educação se cruza de maneira contraditória, sendo necessário lutar contra a visão ideológica da naturalização do trabalho dos profissionais de nível médio e fundamental da saúde, que leva à realização de treinamentos rápidos proporcionando uma qualificação mecânica.

Essa naturalização faz com que os alunos percam o potencial que uma formação ampla e qualificada teria para influir de maneira construtiva nas relações de trabalho, no atendimento à população, na capacidade de pensar tanto o cotidiano imediato quanto o próprio sistema de saúde (RAMOS, 2010).

“[...] o processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção [...]” (FRIGOTTO, 2001, p. 40)

Em contrapartida, as escolas públicas profissionalizantes federais, que são conhecidas pela sua qualidade de ensino, são normalmente utilizadas por jovens de classe média que já

possuem uma história pregressa de bom nível escolar e fazem uso destas instituições como uma passagem para o ensino superior.

Os trabalhadores, por sua vez, buscam alternativas, principalmente na iniciativa privada, na tentativa de se qualificarem e conseguirem uma melhor situação socioeconômica. No entanto, essa trajetória normalmente é baseada em muito sacrifício, e por muitas vezes, sem o retorno esperado, já que muitos não conseguem se inserir no emprego desejado.

Dentre essas alternativas, as Escolas Profissionalizantes da rede FAETEC podem ser um caminho efetivo para que esses trabalhadores consigam buscar uma formação profissional, já que seu processo seletivo é menos “exigente” (excludente) que as Escolas Federais, além de possuírem um número de vagas muito superior, tanto para o ensino integrado quanto para a educação técnica pós-médio, já que esta instituição possui 108 unidades espalhadas por vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, e em sua maioria, em localidades onde a população possui menor poder aquisitivo (Quintino, Duque de Caxias, São Gonçalo, Belford Roxo, Queimados, Nilópolis, São João de Merití, Japerí, Chapéu Mangueira, Dona Marta, etc), (FAETEC. Disponível em: www.faetec.rj.gov.br. Acesso em: 01 jul. 2013).

Ao encontro com a afirmação Mendes (2003), os cursos profissionalizantes pós-médios são procurados por pessoas que conseguiram concluir o ensino médio, no entanto, não alcançaram condições necessárias para disputarem o ingresso para o ensino superior público, seja pela ineficiência do ensino médio público ou pela necessidade que estes alunos possuem de contribuir no orçamento doméstico para sua sobrevivência.

Ainda tendo como referência a autora, outro fator importante é que o número de vagas oferecidas nas instituições públicas de ensino superior não acompanha o aumento expressivo de alunos que terminam o ensino médio, tornando urgente a criação de novos cursos técnicos pós-médio. Mendes (2003, p. 95-96) explica que “a alternativa é considerada pelo governo como vantajosa para grande parte dos egressos de ensino médio que, embora revelem expectativa de continuidade de estudos, não serão absorvidos pelo ensino superior”.

Dessa forma, a luta pela busca da qualidade na educação está diretamente relacionada com a luta contra as diferenças sociais. É sabido, que o dito “mercado de trabalho”, não se encontra interessado em uma educação de exímia qualidade, no que se refere à formação profissional de nível técnico em saúde, mas em uma educação suficiente para que atenda às

suas necessidades. Deixando as melhores qualificações para uma camada mais privilegiada da sociedade.

Nessa conjuntura, perpetua-se a dualidade educacional, mantendo-se ‘retida’, de um lado uma parcela importante da população, em uma formação técnica, não necessariamente por desejo, mas pelas dificuldades de prosseguir com os estudos adiante, e do outro lado uma minoria com pleno direito a alternativas e com verdadeiras probabilidades de encaminhar os estudos para o ensino superior. Há ainda, aquela porcentagem mínima de alunos, que apesar da baixa qualidade nos ensinos fundamental e médio, conseguem superar as dificuldades do déficit educacional e prosseguirem com os estudos para o ensino superior.

2.2 OS PRINCIPAIS PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE NA ATUALIDADE (PROFAE, PROFAPS E PRONATEC)

No intuito de ampliar o número de trabalhadores com formação técnica para atender às exigências do dito mercado de trabalho, vários programas de políticas de educação profissional, foram implantados desde o governo Fernando Henrique e tornaram-se prioridade nos governos Lula e Dilma. Dentre esses programas, destacamos alguns que, a nosso ver merecem menção especial, principalmente por sua relação com a área de saúde.

O PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem), lançado pelo Ministério da Saúde, pelo então Ministro da Saúde José Serra, tinha como objetivo qualificar milhares de atendentes de enfermagem que atuavam nas instituições hospitalares e corriam o risco de ficarem desempregados, devido à regulamentação do exercício de enfermagem Lei nº 7498/86, que impôs que a equipe de enfermagem deveria ser formada apenas por auxiliares, técnicos e enfermeiros. Diante disso, foi fixado um prazo de 10 anos para a qualificação desses profissionais (MATHIAS, RJ, RET-SUS, janeiro/fevereiro de 2011, p.7).

Para tal, foram realizados tanto cursos de qualificação de atendentes de enfermagem para se tornarem auxiliares de enfermagem, quanto complementações de estudos para auxiliares de enfermagem se tornarem técnicos de enfermagem, além de especializações para docentes de enfermagem, sob o título de *Curso de Especialização em Educação Profissional*

na área de Saúde: Enfermagem, para que estes profissionais pudessem ministrar essas qualificações para os profissionais de nível médio.

Após o período determinado para a qualificação dos profissionais de Enfermagem (10 anos), as avaliações realizadas com os gestores de serviços de enfermagem demonstraram que estes profissionais apresentaram melhora no relacionamento com os pacientes e com os demais colegas, bem como na adoção de ações preventivas de biossegurança, resultando na diminuição das infecções hospitalares (MATHIAS, RJ, RET-SUS, setembro de 2010, p.15).

Apesar de não negar a importância do PROFAE na melhoria da qualidade da assistência em enfermagem, vale ressaltar que este projeto foi uma importante representação dos princípios do neoliberalismo, já que, segundo Santos Cea (p. 147, 2007), “sob a sua aparência de projeto de formação profissional em saúde desenvolvem-se processos de gerenciamento dessa política social e de privatização da saúde e do fundo público”. No artigo sobre as estreitas relações entre o PROFAE e a lógica neoliberal, o autor destaca que:

“O Estado precisou buscar formas políticas e financeiras de enfrentamento na questão da frágil formação profissional dos trabalhadores da área de enfermagem que não representassem ampliação da esfera pública, nem impacto sobre o orçamento do Estado. A resposta política e financeiramente adequada aos preceitos políticos e econômicos do neoliberalismo resultou na formulação do PROFAE em 1999”. (SANTOS CEA, REIS E CONTERNO, 2007, p. 146)

No que diz respeito à Escola estudada, esse vultoso valor pago pelo PROFAE à rede FAETEC (um milhão de reais) foi um importante alavancador para ETESHJS firmar-se verdadeiramente como uma escola técnica da área da saúde. Visto que esta instituição, ainda sob a denominação de UPAS (Unidade Profissionalizante da área de Saúde) foi a responsável pela formulação da proposta enviada ao Ministério da Saúde, e após sua aprovação foi a responsável pela coordenação pedagógica de toda rede.

Nesse sentido, esta Escola que até então era um “braço” da Escola Técnica Estadual República, da mesma rede, pôde iniciar cursos técnicos profissionalizantes no terceiro turno, o que era inviável até esse momento por motivos econômicos (e que hoje é o carro chefe da Instituição) e passou a receber da FAETEC infraestrutura (biblioteca, manutenção predial regular, material para laboratórios, etc), podendo mais à frente, pleitear sua independência como Escola Técnica (CARVALHO, et al, 2012).

Dessa forma, o PROFABE representou para os docentes da escola um importante aprendizado ao realizar a complementação da formação profissional de 620 auxiliares de enfermagem para técnicos de enfermagem ao longo de três anos (CARVALHO, et al, 2012), bem como um caminho para seu reconhecimento como uma Escola Técnica em Saúde.

O Programa de formação de profissionais de nível médio para a Saúde (PROFAPS), que foi herdeiro do PROFABE, foi implantado em 18 de dezembro de 2009, sob a portaria do Ministério da Saúde nº 3189 e é outra estratégia para a qualificação dos profissionais do SUS.

O objetivo deste projeto é a qualificação de profissionais para atuarem na saúde, em áreas em que há maior dificuldade para contratação de pessoal, inovações tecnológicas e maior expansão dos serviços, sendo elas: radiologia, patologia clínica, citologia, hemoterapia, vigilância em saúde, manutenção de equipamentos, saúde bucal, prótese dentária e enfermagem (MATHIAS, RJ, RET-SUS, p. 10 e 11, setembro. 2010).

O representante da OPAS no Brasil José Paraguá Santana, em referência a importância deste programa, afirma que “o PROFAPS precisa não só ser consolidado, mas muito fortalecido no atual governo”, sob a pena de termos em um futuro próximo, muito avanço tecnológico, no entanto, ausência de profissionais qualificados para o seu conhecimento e manuseio, levando ao sucateamento de tecnologia (MATHIAS, RJ, RET-SUS, janeiro/fevereiro de 2011, p. 18).

Diante dessas considerações, o Ministério da Saúde tem como meta, entre o período de 2011 a 2014, a ampliação da formação técnica profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS (PROFAPS) para 97 mil trabalhadores por ano. Para tal, está disposto a ampliar em 57% os recursos destinados à educação profissional (SALOMAO; SANTOS, RET-SUS, RJ, janeiro/fevereiro de 2012, p.6).

Em referencia tanto ao PROFABE quanto ao PROFAPS, Vieira e Chinelli (2013) descrevem que apesar dessa ênfase dada às questões da educação na saúde, estas não são acompanhadas de políticas públicas de gestão e qualificação do trabalho em saúde de forma a atender demandas históricas de consolidação do SUS conforme propunha a reforma sanitária. As autoras ressaltam ainda, que apesar de todo esforço do governo para o estímulo à formação técnica, os cursos de formação profissional por parte do setor público continuam insuficientes e pontuais, e no que se referem às qualificações, a responsabilidade é transferida aos profissionais, como citam a seguir:

“Essa perspectiva está associada à ênfase que vem sendo dada à formulação de políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde que interferem na formação profissional, privilegiando o processo de trabalho centrado no usuário e que demandam do trabalhador solidariedade, humanização, capacidade de trabalhar em equipe, etc., sendo, portanto, informado pelos modelos de gestão relacionados ao novo paradigma produtivo. [...] Essa responsabilidade, digna de um Hércules moral, recai em grande parte sobre os ombros desses trabalhadores que, além de tudo o mais, ainda precisam assumir grande parte dos ônus de sua qualificação para o bom desempenho das tarefas que lhes são atribuídas. Além disso, como nem sempre podem se ausentar do trabalho por não contar com a compreensão das chefias, os cursos de formação profissional são muitas vezes realizados fora do horário de trabalho, aumentando-lhes consideravelmente essa jornada. Não é raro também a utilização de parte de seus salários para o pagamento de colegas que os substituem”. (VIEIRA E CHINELLI, 2013)

Alheio a qualquer crítica, o fato é que a preocupação e urgência sobre o tema, fez com que um texto enviado ao congresso sobre a criação de um outro projeto voltado para a educação profissional de ensino médio, o PRONATEC, fosse aprovado pela Presidência da República em um período máximo de seis meses.

Essa importância dada pelo governo ao PRONATEC tem motivo específico e fácil de compreender, ou seja, em um País com cerca de 190 milhões de habitantes, apenas 1 milhão desse montante encontram-se matriculados em cursos técnicos, segundo artigo publicado na revista RET-SUS (MATHIAS, RET-SUS, RJ, novembro/dezembro de 2011, p.14).

O PRONATEC é lançado, então, com a responsabilidade de minimizar essa discrepância, dobrando até 2014 o número de matrículas em formações técnicas, em cursos mais rápidos, de formação inicial e continuada (MATHIAS, RET-SUS, RJ, novembro/dezembro de 2011, p.14).

No entanto, nos cabe a dúvida sobre a qualidade dessas formações que serão realizadas a partir de cursos mais rápidos, de formação inicial e continuada, e que serão custeadas com quantias vultosas pelo governo federal, para as escolas públicas e privadas sem fins lucrativos (MATHIAS, RET-SUS, RJ, novembro/dezembro de 2011, p. 14).

Nesses dois aspectos, Bittencourt (2012) faz um claro questionamento, primeiro em relação a esses investimentos do dinheiro público no setor privado:

“O primeiro aspecto que sobressai, da leitura da lei, é o financiamento das instituições particulares de ensino, com verbas públicas. Verbas oriundas da acachapante massa de impostos pagos pelos cidadãos brasileiros. As instituições privadas, segundo o artigo 8º da lei, poderão executar o programa federal, mediante a celebração de convênio ou contrato, respeitados “critérios mínimos de qualidade”. Poderão também contar com recursos destinados aos seus alunos bolsistas, bastando para isso, cadastrarem-se em um sistema eletrônico de informações do MEC. O aluno, via Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que antes se restringia aos estudantes da educação superior, obtém o crédito junto ao Fies, integral ou parcial, pagando a sua bolsa a base de juros, computados à ordem de 3,4% ao ano”. (BITTENCOURT DA SILVA, jan/jul, 2012).

O autor esclarece ainda que o mesmo dinheiro pago pelos cidadãos, através dos impostos, será oferecido pelo governo por intermédio de bolsas aos alunos e estes, terão que futuramente pagar esse valor com juros.

“Eis um lastimável sintoma do desrespeito com a educação pública e com as necessidades da população. De resto, é forçoso inferir que a transferência de recursos públicos para as instituições particulares de ensino se insere em um fenômeno político e ideológico de envergadura, que viceja sobremodo nas últimas duas décadas: refiro-me a uma concepção de políticas públicas e, com efeito, a uma dada perspectiva sobre os contornos e o papel do Estado, que privilegia a gestão privada de serviços de interesse público”. (BITTENCOURT DA SILVA, jan/jul, 2012)

Vale ressaltar, que aos “olhos” de uma população descrente da educação pública a possibilidade de realizar uma formação profissional em uma instituição privada pode representar um estudo de qualidade, como explicam Ciavatta e Ramos:

“O Pronatec ao incentivar a oferta gratuita de matrículas na educação profissional pelos setores privados pode ser, contraditoriamente, tão atrativa à sociedade, pois valeria, novamente, como compensação à baixa qualidade do ensino médio público. As dificuldades de implantação do ensino médio integrado se manifestam, inicialmente, como sendo de ordem operacional e conceitual. Porém, essas dificuldades são, na verdade, expressão dos limites estruturais dados pela dualidade de classes, que ganham densidade na formação de um senso comum pressionado pelas necessidades materiais imediatas e, salvo as escolas da rede federal (Cefet, institutos federais, colégios universitários), pela descrença na eficiência dos setores públicos”. (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 35 e 36)

No segundo aspecto, que está relacionado com a qualidade da educação proposta pelo PRONATEC, Bittencourt (2012) afirma:

“Não é escassa a polêmica em torno do assunto e é grande e justificável o receio de que a lei virá a gerar um ambiente favorável à oferta de cursos rápidos, frágeis do ponto de vista formativo, e desarticulados da formação geral, humanística e científica, do ensino médio. Cursos incapazes de atender mesmo às próprias e tão preconizadas “demandas do mercado”. (BITTENCOURT DA SILVA, jan/jul, 2012)

De encontro com essas palavras o PRONATEC vem com a pretensão de criar milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio, intensificando a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012 apud SALDANHA, 2012).

Com a citada ampliação de vagas na rede estadual de educação profissional, a partir de um convênio com o governo federal, a rede FAETEC vem a “toque de caixa” oferecendo cursos, por sorteio público, sob a denominação de formações inicial e continuada (FIC) por períodos curtos (em média 160 horas), voltados prioritariamente às atividades práticas.

Somente no mês de julho de 2013 a FAETEC ofereceu mais de 79 mil vagas em cursos profissionalizantes no Estado do Rio de Janeiro (divididos em todas as 108 unidades, inclusive a escola pesquisada), distribuídas em áreas como construção civil, beleza, produção cultural, atualização em saúde do idoso, shiatsu terapia, sonoplastia, figurinista, dentre outras (FAETEC. Disponível em: www.faetec.rj.gov.br. Acesso em: 01 jul. 2013).

O Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia Gustavo Reis Pereira afirma a importância desses cursos e refere que a FAETEC está “cumprindo com o papel de ofertar à população cursos que vão capacitar o cidadão a estabelecer vínculos de trabalho em sua própria região”.

De acordo com essas palavras, o Presidente da FAETEC Celso Pansera, relata que a “abertura de mais cursos garantirá à população também nova chance de inserção no mercado de trabalho e que à medida que as Escolas da Rede Faetec se atentam às novas demandas, a população tem mais possibilidades de ser inserida no mercado de trabalho. A aposta em novos cursos abre mais portas, reafirmando o compromisso do Governo do Estado de investir na capacitação do cidadão” (FAETEC. Disponível em: www.faetec.rj.gov.br. Acesso em: 01 jul. 2013).

A partir dessas afirmações, não é difícil compreender que a função desses cursos na instituição é meramente uma forma de inserir o trabalhador (em geral com o ensino fundamental ou no máximo ensino médio incompleto) no mercado de trabalho a partir de informações superficiais sobre determinadas profissões, sem a preocupação de prestar uma formação crítica de qualidade, além de transformar professores de uma escola especializada em formação em saúde pós-médio (ETESHJS) em meros instrutores de cursos especificamente para habilidades práticas, em detrimento da fundamentação teórica.

Dessa forma, utilizo das palavras de Fernandes (1989, p. 242) ao descrever as verdadeiras necessidades na educação do trabalhador, onde ele afirma que “O trabalhador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo e, para isso, não basta lhe dar adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica.”

CAPÍTULO 3 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ALUNOS DOS CURSOS TÉCNICOS EM SAÚDE DA ETESHJS

O objetivo deste capítulo é traçar o perfil sociodemográfico dos alunos da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza, a partir de dados coletados especialmente para esse fim. Entre outras características, pretendeu-se investigar o percurso de escolarização desses alunos, assim como as suas diferentes formas de vinculação ao sistema produtivo¹.

A pesquisa combina metodologias qualitativas e quantitativas, na medida em que se entende que a pesquisa qualitativa pode, segundo Alves-Mazoti & Gewandszjadner (2004, p. 147), “permitir uma diversidade e flexibilidade, não admitindo regras precisas, aplicáveis em ampla gama de casos”. Será também necessário o uso de instrumentos quantitativos, pois estes atuam em “níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos” (MINAYO, 1993, p.247), para apoiar na coleta de dados e permitir sua análise de forma mais efetiva.

Para Minayo (2010, p.76), ambos os métodos serão um recorte, uma aproximação do real, porém quando realizados de forma conjugada, promovem uma construção da realidade de maneira mais elaborada e completa.

“Se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais” (MINAYO, 1993, p. 247).

Para iniciar o estudo, solicitei e recebi autorização da Presidência da FAETEC e da Direção da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Jose de Souza (ETESHJS) para a realização da pesquisa na Instituição.

Com a autorização em mãos, iniciei a coleta de dados em relação ao número de alunos matriculados nos cursos técnicos pós-médio, através dos computadores da Secretaria escolar.

¹ As expectativas desses alunos em termos de continuidade dos estudos, de melhoria salarial e/ou de ascensão social tendo em vista a conclusão de curso técnico na área da saúde também foram investigadas e serão apresentadas no capítulo 4, a seguir.

Dessa forma, detectei que até fevereiro de 2013 (antes da reclassificação) a Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Jose de Souza (ETESHJS), contava com 431 alunos matriculados nos cursos técnicos pós-médios em saúde, distribuídos nos cursos de enfermagem, prótese dentária e análises clínicas, em três turnos (manhã, tarde e noite) e três módulos distintos (I, II, III). Para melhor desenvolvimento da pesquisa, o estudo foi focado em dois tópicos: nas formações técnicas pós-médias e nos turnos de aula.

A tabela 1, a seguir, mostra o quantitativo de alunos, matriculados em fevereiro 2013, por habilitação e turno.

Tabela 1 – Quantitativo de alunos por habilitação e turno

Habilitação	Turno			Total
	Manhã	Tarde	Noite	
Prótese	39	0	51	90
Enfermagem	96	37	95	228
Análises clínicas	56	15	42	113
Total	191	52	188	431

Fonte: Secretaria Escolar da ETHJS

A partir do número total de matriculados foi estabelecida uma amostra estratificada² do quantitativo de alunos a serem efetivamente pesquisados, chegando-se a um número total de 83 discentes, distribuídos por habilitação e turnos, conforme tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Amostra estratificada: quantitativo de alunos pesquisados por habilitação e turno

Habilitação	Turno			Total
	Manhã	Tarde	Noite	
Prótese	8	0	10	18
Enfermagem	18	7	18	43
Análises clínicas	11	3	8	22
Total	37	10	36	83

Fonte: Idem anterior

² Tendo em vista a pesquisa realizada a partir da definição de uma amostra estratificada, apresentaremos a seguir apenas a percentagem (e não o número absoluto) da distribuição dos discentes por variável. A amostragem estratificada permite dividir a população em subpopulações mais homogêneas, ou seja, grupos com variância (σ^2) pequena que diminuirão o erro amostral global (COCHRAN WILLIAM, 1997). A definição da amostra estratificada foi realizada por Márcio Candeias, estatístico da EPSJV/FIOCRUZ.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, obtendo parecer positivo, sob o número 167.178, em dezembro de 2012.

A primeira fase do estudo consistiu na realização de um levantamento de dados que permitissem a sistematização das principais características do perfil sociodemográfico dos discentes, utilizando-se como instrumento um questionário, contendo perguntas fechadas (Apêndice A).

Na segunda fase do estudo, cujos resultados serão trabalhados no capítulo 4 desta dissertação, foram realizadas entrevistas individuais com perguntas abertas, onde os alunos puderam relatar suas experiências educacional e profissional (Apêndice B), assim como explicitar suas expectativas educacionais e ocupacionais a partir da frequência e conclusão do curso técnico.

Apresenta-se a seguir, as principais características dos alunos da ETESHJS no que diz respeito a gênero, idade, renda, escolaridade, trabalho e religião.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que o curso de enfermagem é o “carro chefe” da escola, sendo o responsável por pouco mais da metade (52,9%) dos matriculados (Ver Gráfico 1). No curso de Análises Clínicas encontram-se 26,2% dos alunos, enquanto que o de Prótese Dentária abriga pouco mais de 1/5 dos alunos (20,9%) da ETESHJS.

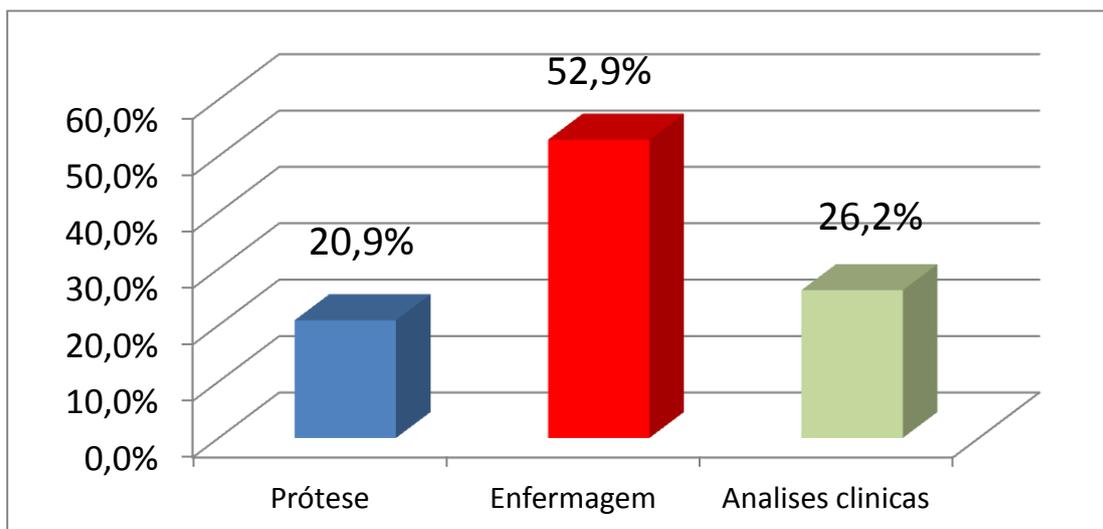


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos alunos por habitação
Fonte: Secretaria Escolar da ETESHJS

Tal primazia pode ser explicada a partir de uma frase dita com frequência entre os profissionais de saúde: “Na enfermagem o salário é pouco, mas nunca falta trabalho”. Em consonância com estas palavras, Andrade (2011) ao relatar as expectativas e percepções dos estudantes do curso técnico em enfermagem com relação ao mercado de trabalho descreve o motivo atual do interesse das pessoas por esse curso:

“A enfermagem é uma das poucas profissões na qual o mercado de trabalho continua em expansão. As diversas áreas de atuação da enfermagem ampliam as oportunidades de empregabilidade, podendo ser uma das principais motivações que fazem com que os cursos de enfermagem tenham uma alta demanda” (ANDRADE, et al. 2011).

A análise da literatura indica que a grande demanda pelos cursos técnicos de enfermagem não é acompanhada no nível superior. Mishima (1990, p. 166), por exemplo, em sua dissertação de mestrado, ao analisar o perfil da profissão de enfermagem, avalia a baixa demanda para o curso superior de enfermagem. Nesse sentido, ela afirma que: “A enfermagem é uma profissão que não proporciona riqueza a seus exercentes, e que apesar de se ter uma grande oferta de empregos, estes apresentam-se com salários médios, tendendo a serem baixos ou muito baixos no contexto das profissões”.

3.1 SEXO

Em relação ao sexo, observa-se o predomínio do sexo feminino que representa quase 80% do total de alunos. Essa predominância se repete para cada uma das habilitações oferecidas na ETESHJS o que é um resultado frequente nas pesquisas voltadas para as habilitações relacionadas com a área de saúde. Tais como a pesquisa realizada por Amancio Filho sobre as características de alunos matriculados em cursos técnicos da área da saúde com modalidade subsequente:

“Esses dados reafirmam o processo de feminilização da força de trabalho em saúde e nos remetem ao fato de as mulheres apresentarem maior tendência a desenvolver trajetórias escolares mais longas e com maior probabilidade de sucesso, pois

ingressam mais cedo, ficam mais tempo na escola, atingem níveis mais altos de instrução e acumulam menos atraso” (AMANCIO FILHO, et al, 2008, p. 8).

O curso de Prótese Dentária, dentre as três formações estudadas, é que possui menor distanciamento entre o número de homens e mulheres. Ainda assim, apresenta uma representação mais significativa do sexo feminino. Nesta habilitação, no turno da manhã temos 62,5% do sexo feminino e 37,5% do sexo masculino, já no horário noturno, 70% são mulheres.

É interessante ressaltar que a predominância de mulheres no curso de Prótese Dentária observada na ETSHJS difere dos dados encontrados em outros estudos que, ao contrario, indicam a predominância de alunos do sexo masculino nesses cursos técnicos. Com relação ao perfil sócio-demográfico dos alunos [curso de Prótese Dentária], Neto; Santos e Cavalcante (p. 59, 2012) constataram “que possuem média de idade elevada (34, 61 anos) e são em sua maioria do sexo masculino... portanto, de acordo com o descrito na literatura”. Também no que diz respeito ao exercício da profissão, estudos indicam a predominância do sexo masculino entre esses profissionais. Ellero e Lepera (2008, p. 135), por exemplo, descrevem os riscos entre os profissionais de laboratório de prótese dentária, bem como seus conhecimentos e práticas relacionadas à saúde no trabalho e afirmam que “participaram do estudo 28 técnicos e 11 auxiliares de Laboratório... Deve ser destacada a grande predominância do sexo masculino, representada por 87,2% dos profissionais”.

No que diz respeito ao curso de Enfermagem, 83,3% são mulheres, no turno da manhã, à tarde 85,7% são mulheres e no horário noturno 88,9% são mulheres. Tal resultado não traz surpresas, já que a enfermagem vem ao longo do tempo, até por suas características históricas, se firmando como uma profissão feminina.

“O cuidar diz respeito a homens e mulheres, porém a divisão do trabalho levou a uma construção social das mulheres na qual tarefas que envolvem sensibilidade, carinho, afetuosidade são consideradas femininas. A predominância feminina no cuidado teve até agora, como efeito, a construção de um discurso homogêneo em relação ao sexo. Não se pode falar em rivalidade de sexo no interior do cuidado; porém, no imaginário social, o lugar dos homens não é, certamente, cuidando dentro de um hospital. Trata-se de um universo, por excelência, feminino, na medida em que ele veicula conotações de debilidade, de doença, de dependência, entre outras. Um espaço, portanto, em que não se valoriza a identidade social do homem e que significa uma afronta a sua identidade sexual, já que o cuidado era destinado às mulheres que ficavam em casa cuidando de crianças, idosos, parturientes e doentes. De fato, as relações construídas entre homens e mulheres na enfermagem são competitivas. Na verdade, o que se observa é que o trabalho dos homens na enfermagem, em hospitais, está vinculado, sobretudo, ao desempenho de tarefas que exigem força física, ao gerenciamento das atividades para promoção da assistência

direta ao paciente e, também, àquelas que supõem o envolvimento com a tecnologia hospitalar tão valorizada na atualidade” (AMORIM, 2009, p. 65 e 66).

No caso do curso de Análises Clínicas o número de mulheres na escola também possui uma alta representação. No turno da manhã encontramos 72,7% de alunas. No horário da tarde, do grupo pesquisado, 100% eram mulheres e à noite 79,5% representavam o sexo feminino.

Esse resultado é confirmado pela pesquisa realizada por Amâncio Filho em 2001 em Escolas da rede FAETEC, na avaliação do perfil dos alunos.

“Em relação ao sexo, no universo de 175 entrevistados, pode-se observar uma predominância do sexo feminino em relação ao sexo masculino, de modo que as mulheres representam 78,3% do total de alunos. Essa situação permanece em todos os cursos considerados, havendo uma proporção ligeiramente maior no Curso Técnico em Patologia Clínica” (88,33%). (AMANCIO FILHO, p. 8, 2001)

3.2 FAIXA ETÁRIA

Em relação a idade, tendo em vista que a ETESHJS tem como foco apenas cursos técnicos pós médio e que em uma trajetória escolar regular (Ver tabela 3), a idade provável de conclusão do ensino médio é 17 anos, os dados analisados apontam para uma entrada tardia na formação técnica uma vez que 77,1% dos discentes dos cursos técnicos estudados têm idade superior a 21 anos. Na faixa etária entre 21 a 30 anos encontram-se quase 40% dos alunos (Ver Gráfico 2).

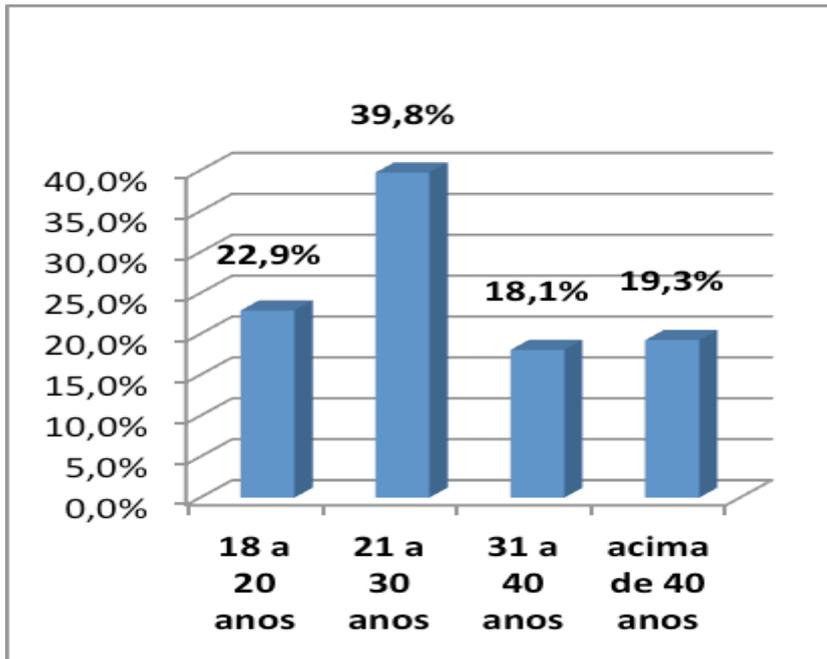


Gráfico 2 – Distribuição percentual dos alunos da ETESHJS, segundo idade:

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo (2013)

Esses dados corroboram estudo realizado por Vieira et al, (2013) que indica uma procura cada vez mais tardia pela formação técnica em saúde, sobretudo a partir dos 20 anos, o que para os autores, “parece indicar o retorno a escola de trabalhadores em busca de uma formação técnica que lhes poderia facilitar o acesso a uma colocação mais qualificada”³. Ao avaliarmos a faixa etária por curso, percebemos algumas diferenças que vale a pena serem ressaltadas.

O curso de Prótese Dentária é aquele que apresenta alunos com idade mais avançada. No turno da manhã, metade dos alunos tem mais de 40 anos, 12,5% estão com idade entre 31 e 40 anos e 37,5 % possuem idade entre 21 e 30 anos. Se unirmos todos os pesquisados acima de 30 anos teremos um percentual total de 62,5% de pessoas na turma. No horário noturno há uma pequena inversão no quadro, no entanto, a média de idade permanece, igualmente, superior aos demais cursos. Dentre os estudados, 50% declararam ter idade entre 31 e 40 anos e 10% possuem faixa etária acima de 40, dessa forma, 60% dos alunos se encontram com mais de 31 anos de idade. Dentre os 40% dos alunos restantes, 20% declaram ter entre 21 e 30

³ No item 3, a seguir, que trata das características dos alunos no que diz respeito a emprego e renda, retomaremos essa análise.

anos e 20% estão entre 18 e 20 anos. Faz-se necessário lembrar, que essa faixa etária só apareceu no horário noturno. Na turma da manhã, nenhum estudante informou ter menos de 21 anos de idade.

A elevada faixa etária no curso de Prótese Dentária, pode ser melhor compreendida a partir do artigo de Souza Neto (2011), que afirma que muitos profissionais que já atuam em laboratórios de prótese, veem a necessidade de realizarem a formação técnica devido ao aumento da fiscalização dos Conselhos Regionais de Odontologia.

“Um número significativo de alunos já atuavam como TPD, denotando, portanto uma situação de ilegalidade do exercício profissional. Com atuação mais rigorosa dos fiscais dos Conselhos Regionais, tem sido comum cirurgiões-dentistas e até mesmo TPDs, serem autuados pela fiscalização, quando estes mantêm em seu quadro de pessoal, auxiliares sem o devido registro no Conselho Regional” (SOUZA NETO, SANTOS & CAVALCANTI, 2011, p. 59).

Ellero e Lepero (2008, p. 135), também detectaram essa ilegalidade ao realizarem um levantamento de riscos entre os profissionais de laboratório de prótese dentária, explicando que há expressivo sub-registro de laboratórios e de profissionais atuantes, vislumbrando-se que a população exposta ao risco pode ser significativamente maior do que indicam os registros dos órgãos profissional e sanitário.

Tabela 3 – Idade atual por habilitação e turno

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
18 a 20 anos	0,0%	20,0%	38,9%	28,6%	11,1%	36,4%	33,3%	12,5%	22,9%
21 a 30 anos	37,5%	20,0%	38,9%	42,9%	44,4%	27,3%	66,7%	62,5%	39,8%
31 a 40 anos	12,5%	50,0%	11,1%	28,6%	11,1%	18,2%	0,0%	12,5%	18,1%
Acima de 40 anos	50,0%	10,0%	11,1%	0,0%	33,3%	18,2%	0,0%	12,5%	19,3%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

No curso de Enfermagem o perfil da idade dos alunos é bem diferenciado do curso de Prótese Dentária. Nesse caso, o índice dos alunos mais jovens é superior, sendo: 77,8% do turno da manhã com faixa etária entre 18 e 30 anos (38,9% de 18 a 20 anos e 38,9% de 21 a

30 anos). Ficando apenas 11,1% do total de discentes entre 31 e 40 anos e a mesma porcentagem (11,1%) acima de 40 anos.

O horário noturno traz algumas mudanças, apesar de manter a supremacia entre as idades de 18 a 30 anos, já que ao somarmos os alunos dos grupos de 18 a 20 anos (11,1%) com os de 21 a 30 anos (44,4%) teremos um total de 55,5%. No entanto, nesse turno há um elevado número de discentes com idade acima de 40 anos (33,3%) que ao agruparmos com os de 31 a 40 anos (11,1%) teremos um índice de 44,4%, o que torna as faixas etárias equiparadas, mostrando que à noite as turmas possuem alunos jovens dividindo de igual para igual o espaço com os alunos de idade mais avançada.

No curso de Análises Clínicas também predominam os mais jovens nos três turnos. No horário da manhã 36,4% têm entre 18 e 20 anos e 27,3% estão entre 21 e 30 anos. Ao agruparmos essas idades chegaremos à porcentagem de 63,7%, o que é muito superior se comparada às idades acima de 30 anos. Pois se unirmos as faixas etárias de 31 a 40 anos (18,2%) com as acima de 40 anos (18,2%) teremos um resultado de 36,4%. No turno da tarde os números alteram, mas a faixa etária de maior procura ainda é a mesma, ou seja, 100% possuem idade entre 18 e 30 anos (sendo, 33,3% de 18 a 20 anos e 66,7% entre 21 e 30 anos).

O horário noturno se mantém a superioridade entre as idades de 18 a 30 anos, já que ao somarmos os alunos dos grupos de 18 a 20 anos (12,5%) com os de 21 a 30 anos (62,5%) teremos um total de 75%. Nesse turno, o número de discentes com idade acima de 40 anos é de 12,5% que ao agruparmos com os de 31 a 40 anos (12,5%) teremos um índice de 25%.

3.3 ESCOLARIDADE

Tabela 4 – Tipo de ensino fundamental

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Supletivo	12,5%	10,0%	16,7%	14,3%	5,6%	0,0%	0,0%	12,5%	9,6%
Regular	87,5%	90,0%	83,3%	85,7%	94,4%	100,0%	100,0%	87,5%	90,4%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Tabela 5 – Tipo de ensino médio

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Supletivo	0,0%	20,0%	27,8%	28,6%	11,1%	9,1%	0,0%	25,0%	18,1%
Técnico	25,0%	30,0%	5,6%	0,0%	22,2%	9,1%	0,0%	12,5%	14,5%
Regular	62,5%	50,0%	66,7%	71,4%	66,7%	81,8%	100,0%	62,5%	67,5%

Fonte: Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Em relação à escolaridade, dentre os alunos estudados, a maioria (90,4%), realizou o ensino fundamental regular (Ver Tabela 4). No entanto, no que diz respeito ao ensino médio, apesar do número de discentes que realizaram o ensino regular ainda ser superior (67,5%), 18,1% dos alunos que fizeram o curso supletivo e 14,5% realizaram uma formação técnica concomitante (Ver Tabela 5).

De uma forma geral, a escola pública estadual foi o principal meio de formação desses discentes que apresentaram um salto em relação ao nível de escolaridade dos pais, já que estes, em geral, cursaram apenas o ensino fundamental incompleto.

Podemos compreender o número de alunos que realizaram o supletivo a partir da própria pesquisa, onde 12% declararam a necessidade de interromper os estudos para entrar no mundo do trabalho, 4% deixaram a escola por motivo de maternidade e 12% deram outras justificativas (doenças, desinteresse, mudança de local de residência) para não finalizarem os estudos no período adequado.

Nesse item, a habilitação de Enfermagem foi a que apresentou o maior número de alunos que tiveram esse tipo de formação (supletivo), no ensino médio, com 28% no turno da manhã e 29% no turno da tarde, seguido de Análises Clínicas que apresentou 25% de discentes do turno noturno que realizaram o curso supletivo.

Em relação aos alunos que já haviam concluído uma formação técnica previamente (10,8% dos pesquisados – dados não tabulados), cabe ressaltar que estes terminaram o ensino médio antes de 1990, dessa forma, existe a possibilidade de terem realizado uma formação profissional de caráter compulsório, conforme descrição a seguir:

“Em 1971, sob a égide do governo militar, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos. [...] Destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior [...].

[...] A Lei 7.044/1982, acaba por reestabelecer a modalidade de educação geral, por vários motivos, dentre os quais, as dificuldades em implementar o modelo e pela não concretização do milagre econômico nos patamares esperados de desenvolvimento retorna-se ao antigo modelo que antecede a Lei de 1971 com escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores. Nesse processo, com o passar dos anos a profissionalização obrigatória vai perdendo força [...]” (ESCOTT e MORAES, 2012, p. 1495 e 1496)

Nessa conjuntura, o curso de Prótese Dentária foi o que apresentou o maior número de alunos com formação técnica prévia, onde 25% do turno da manhã e 30% do turno da noite fizeram o ensino médio nesse modelo. Esse resultado não traz surpresa, pois, como foi visto anteriormente, esse é o grupo com maior faixa etária da escola, comprovando a probabilidade desses alunos terem realizado uma profissionalização de forma obrigatória.

Outro fator no estudo que requer atenção é a escolarização prévia dos discentes que procuram pela escola (Ver Tabela 6), já que 69,9% vêm de instituições de ensino da rede pública estadual e 2,4% de escolas federais. Quando agrupamos esses resultados temos 71,3% de estudantes provenientes de escolas públicas e 27,7% de alunos de escolas privadas.

Tabela 6 – Tipo de escola anterior a ETESHJS

Instituição	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Pública federal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	12,5%	2,4%
Pública estadual	62,5%	70,0%	77,8%	71,4%	66,7%	72,7%	66,7%	62,5%	69,9%
Privada	37,5%	30,0%	22,2%	28,6%	27,8%	27,3%	33,3%	25,0%	27,7%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

Mesmo entre os alunos provenientes de instituições privadas, vale ressaltar que apenas 9,6% estudaram exclusivamente em escolas dessa rede, enquanto 19,3% estudaram a maior

parte do tempo em escolas particulares. Em contrapartida, 45,8% afirmaram ser provenientes unicamente de escolas públicas e 25,3% estudaram a maior parte do tempo em instituições públicas (Ver Tabela 7).

Tabela 7 – Trajetória Educacional em Escola Pública ou Privada

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Somente em escola pública	62,5%	40,0%	33,3%	71,4%	44,4%	54,5%	0,0%	50,0%	45,8%
Maior parte dos anos em escola pública	12,5%	50,0%	38,9%	0,0%	22,2%	18,2%	33,3%	12,5%	25,3%
Somente em escola particular	12,5%	0,0%	0,0%	28,6%	11,1%	18,2%	33,3%	0,0%	9,6%
Maior parte dos anos em escola particular	12,5%	10,0%	27,8%	0,0%	22,2%	9,1%	33,3%	37,5%	19,3%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

Esse perfil confirma que os alunos que buscam por uma formação profissional na ETESHJS, possuem uma escolarização que, hoje, os deixaria em desvantagem em uma disputa por um espaço em escolas públicas federais, onde, a maioria dos candidatos que conseguem uma vaga é proveniente de escolas privadas.

Em consonância com essas palavras, CAMPELLO (2000, p. 68) em sua dissertação, ao analisar uma experiência de democratização do acesso aos cursos técnicos do CEFET/RJ descreve que o tipo de “escola de origem é fator determinante nas chances de classificação: ter realizado todo o ensino fundamental em escola pública implica, claramente, em entrar em desvantagem no processo seletivo”. Em outro trecho do estudo, ela confirma:

“Em 1999, os alunos que realizaram todo o ensino fundamental em escolas da rede pública representavam praticamente um quarto do total de inscritos, mas ocuparam apenas 8% das vagas oferecidas. Em contrapartida, os alunos que têm como origem escolas particulares representam 72,7% do total de classificados. A escola de origem, portanto, se pública ou particular, tem influência direta nas chances de classificação” (CAMPELLO, 2000, p. 69)⁴.

Em relação à escolaridade dos pais (Ver Tabelas 8 e 9) a pesquisa demonstra que a grande parte não concluiu o ensino fundamental. Ao agruparmos os três cursos, temos como

⁴ É importante ressaltar que Campello (2000) estuda o acesso à formação técnica concomitante ao ensino médio e não subsequente ou pós-médio como é o caso dos cursos técnicos oferecidos pela ETESHJS.

resultado 42,1% das mães dos estudados sem a finalização desse período escolar e uma diferença ainda mais expressiva de 45,8% dos pais com ensino fundamental incompleto. No que se refere ao ensino médio, 22,9% dos pais contra 27,7% das mães completaram essa etapa da educação.

Tabela 8 – Escolaridade paterna

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Não estudou	0,0%	10,0%	5,6%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%
Ensino fundamental-incompleto	37,5%	60,0%	38,9%	42,9%	44,4%	36,4%	33,3%	12,5%	39,8%
Ensino fundamental-completo	12,5%	10,0%	22,2%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	25,0%	10,8%
Ensino médio-incompleto	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	9,1%	33,3%	0,0%	4,8%
Ensino médio-completo	37,5%	20,0%	16,7%	28,6%	11,1%	36,4%	33,3%	25,0%	22,9%
Ensino superior-incompleto	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	5,6%	0,0%	0,0%	12,5%	3,6%
Ensino superior-completo	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	12,5%	3,6%
Pós-graduação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	1,2%
Não sei	0,0%	0,0%	16,7%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%

Fonte: Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Tabela 9 – Escolaridade materna

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Não estudou	12,5%	20,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%
Ensino fundamental-incompleto	25,0%	40,0%	33,3%	57,1%	50,0%	27,3%	0,0%	25,0%	36,1%
Ensino fundamental-completo	25,0%	0,0%	11,1%	14,3%	16,7%	18,2%	0,0%	37,5%	15,7%
Ensino médio-incompleto	0,0%	10,0%	16,7%	0,0%	11,1%	9,1%	0,0%	0,0%	8,4%
Ensino médio-completo	37,5%	30,0%	33,3%	14,3%	11,1%	36,4%	66,7%	25,0%	27,7%
Ensino superior-incompleto	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	2,4%
Ensino superior-completo	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	2,4%
Pós-graduação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não sei	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%	1,2%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Handfas (2008) ao traçar o perfil socioeconômico dos alunos da Escola Técnica Estadual República (FAETEC) também detectou uma frequência um pouco maior no grau de

escolarização das mães em relação aos pais, no entanto, diferente do presente estudo, em sua pesquisa, tanto os pais quanto as mães, em sua maioria, possuíam o ensino médio incompleto.

Esses resultados indicam uma mobilidade educacional ascendente dos alunos em relação aos pais, já que os pesquisados precisam ter no mínimo o ensino médio completo ou estar cursando o último ano dessa etapa escolar para a realização de uma formação técnica pós-médio.

Nesse sentido, Handfas (2008, p. 220) ao fazer essa confirmação, descreve em seu artigo:

“Esses dados são importantes e podem nos fornecer elementos para pensar a questão da herança cultural das famílias sobre a escolarização de seus filhos. Além disso, os dados também nos ajudam a pensar sobre as questões a respeito da expectativa que famílias das classes médias depositam na escolarização de seus filhos, almejando para estes uma elevação no patamar social que eles não alcançaram”.

Ressalto que apesar da pesquisa demonstrar um índice mais elevado de escolaridade das mães em comparação aos pais no que diz respeito ao ensino médio, quando destacamos o ensino superior, mesmo com um número bastante pequeno de pais e mães que chegaram a esse nível de escolarização, encontra-se uma percentagem maior de pais (3,6%) do que mães (2,4%) com ensino superior completo.

3.4 TRABALHO E RENDA

Em relação ao trabalho e renda temos o seguinte panorama: quando tratamos a renda, dentre os discentes pesquisados, 33,7% não possuem renda e 20,5% recebem salário menor ou igual a um salário mínimo, enquanto 44,6% ganham mais de um e no máximo três salários mínimos. No geral, nas três habilitações estudadas, foi detectado que a maior parte dos discentes (44,6%) é financiada pela família ou outras pessoas e/ou recebe algum tipo de ajuda financeira (19,3%). Ficando 18,1% dos pesquisados, responsáveis pelo próprio sustento, 12% se sustentam e ajudam parcialmente a renda da família e apenas 4,8% são os principais financiadores do sustento da família (Ver Tabelas 10 e 11).

Tabela 10 – Renda mensal do aluno

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Não tenho	50,0%	10,0%	50,0%	71,4%	5,6%	45,5%	66,7%	12,5%	33,7%
Menor ou igual 1 salário mínimo	12,5%	10,0%	16,7%	14,3%	38,9%	27,3%	0,0%	12,5%	20,5%
Mais de 1 a 3 salários mínimos	37,5%	80,0%	27,8%	14,3%	55,6%	27,3%	33,3%	75,0%	44,6%
Mais de 3 a 6 salários mínimos	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
Mais de 6 a 10 salários mínimos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mais de 10 salários mínimos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Tabela 11 – Participação na vida econômica da família

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Financiado pela família ou por outras pessoas	62,5%	0,0%	66,7%	71,4%	22,2%	63,6%	66,7%	25,0%	44,6%
Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas	0,0%	30,0%	16,7%	14,3%	27,8%	9,1%	0,0%	37,5%	19,3%
Trabalha e é responsável pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira	25,0%	30,0%	11,1%	0,0%	5,6%	27,3%	33,3%	37,5%	18,1%
Trabalha e é responsável pelo próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento de outras	12,5%	20,0%	5,6%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	12,0%
Trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família	0,0%	20,0%	0,0%	14,3%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

Nesse sentido, é importante ressaltar que a renda mensal dessas famílias, na sua maioria não ultrapassa a três salários mínimos (73,5%) e que 49,4% das residências contam com um a três moradores, enquanto que 44,6% têm entre quatro e seis residentes (Ver Tabela 12).

Tabela 12 – Renda mensal da família

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Menos de 1 salário mínimo	12,5%	10,0%	11,1%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	7,2%
De 1 a 3 salários mínimos	75,0%	60,0%	55,6%	71,4%	72,2%	63,6%	100,0%	62,5%	66,3%
Mais de 3 a 6 salários mínimos	12,5%	30,0%	27,8%	28,6%	16,7%	36,4%	0,0%	12,5%	22,9%
Mais de 6 a 10 salários mínimos	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	3,6%
Mais de 10 salários mínimos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Tabela 13 – Situação de trabalho

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Estudante	50,0%	0,0%	44,4%	57,1%	16,7%	72,7%	66,7%	25,0%	37,3%
Desempregado	12,5%	20,0%	22,2%	28,6%	22,2%	9,1%	0,0%	0,0%	15,7%
Contratado com carteira de trabalho assinada	12,5%	40,0%	27,8%	14,3%	33,3%	18,2%	33,3%	75,0%	31,3%
Trabalho por conta própria	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
Servidor público	0,0%	30,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%
Trabalhador autônomo	12,5%	10,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%
Aposentado	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Pude identificar que na escola estudada 33% dos alunos de prótese pesquisados, sendo 13% do horário diurno e 20% do noturno (dados não tabulados), trabalham em alguma atividade relacionada à prótese e a partir das entrevistas, que serão descritas no próximo capítulo, confirmei a existência de profissionais que já atuam como protéticos há mais de vinte anos e só agora estão realizando uma formação profissional.

Esse é um resultado significativo, principalmente, quando fazemos uma avaliação comparativa com o turno da manhã, onde 50% dos alunos ao serem perguntados sobre sua situação atual de trabalho e renda, se definiram unicamente como estudantes (alguns com idade superior a 31 anos) e sem nenhum tipo de renda.

Esse resultado pode ser explicado pelo fato de ter alunos que se encontram fora do mundo do trabalho e por este motivo, independente de sua faixa etária, preferem optar por se declararem como estudantes e não como desempregados.

As demais respostas foram igualmente divididas em 12,5% para desempregado, 13% para trabalhador autônomo, 12,5% para aposentado e 12,5% com contrato com carteira de trabalho assinada. Dessa forma, dos 25% discentes que atuam em algumas atividades laborais, 12,5% já possuem alguma relação profissional com a prótese dentária (Ver Tabela 13).

No que diz respeito à renda, dentre os alunos que recebem alguma remuneração na formação de prótese dentária, 12,5% afirmam ganhar até um salário mínimo e 50% até três salários mínimos.

Nos alunos do turno da noite, o perfil muda completamente, já que estes optam por estudar no horário noturno, justamente por trabalharem durante o dia. Nessa conjuntura nenhum dos pesquisados se declararam estudante ou aposentado e 20% informaram estar desempregado. Dessa forma, 80% estão inseridos no mundo do trabalho, divididos da seguinte forma: 40% trabalham com carteira assinada, 30% são servidores públicos e 10% são autônomos.

Confirmando esse resultado, Carvalho (1997) apud Terribelle (2006) em sua pesquisa junto aos jovens que trabalham e estudam em escolas da rede estadual de ensino, no período noturno, descreve as condições educacionais desse horário:

“Segundo ela, nesse turno há um aproveitamento reduzido por parte dos alunos, pois os professores acreditam na impossibilidade de se exigir mais desses estudantes, devido ao fato deles trabalharem durante o dia e estudarem à noite. O período noturno é composto por alunos inseridos no mercado de trabalho que chegam à escola já extenuados pela jornada de trabalho, resultando, segundo ela, “num grande índice de evasões, reprovações, desistências, fato que contribui para a formação de um contingente de força de trabalho cada vez mais desqualificado, pois o que se aprende na escola nada tem a ver com o que se vive no mundo do capital”. (CARVALHO, 1997 apud TERRIBELLE, 2006, p. 24)

Apesar da mudança de perfil da turma da noite, dentre os 80% dos pesquisados que já estão trabalhando, 20% atuam na prótese (dados não tabulados).

Em referencia a renda, nesse horário, apenas 10% não tem remuneração e também 10% recebem até um salário mínimo, mas na grande maioria, ou seja, 80% dos alunos possuem salário superior a um salário mínimo até três salários.

Em relação ao trabalho dos pais, foi constatado neste item, há mais pais do que mães no mundo do trabalho e a maior parte das atividades laborais escolhidas pelos pais não exigiam um nível escolar mais avançado. Em contrapartida, os filhos, por possuírem o ensino médio completo, puderam optar por melhores empregos e estes, de forma geral, começaram a trabalhar a partir dos 18 anos.

Ainda em referência aos pais, no que diz respeito às atividades laborativas, ao unirmos os cursos, encontramos mais mães que estão fora do mundo do trabalho (37,3%) do que pais (31,3%), no entanto essa diferença não é relevante. Ao procurar entre as habilitações e os turnos, não encontrei discrepâncias entre os cursos que mereçam alguma avaliação mais minuciosa, já que os resultados encontrados na Enfermagem, Prótese Dentária e Análises Clínicas foram muito parecidos.

Dentre as mães que estão inseridas no mundo trabalho, as profissões que apareceram com maior ênfase foram: costureiras (9,6%), diaristas (21,7%), cozinheiras (4,8%) e 26,5% estão divididas em várias outras funções (trabalham por conta própria, principalmente, com vendas, no comércio, cabeleireira, etc.) (Ver Tabela 14)

Tabela 14 – Tipo de trabalho materno

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Costureira	25,0%	10,0%	0,0%	0,0%	22,2%	9,1%	0,0%	0,0%	9,6%
Diarista	25,0%	40,0%	22,2%	42,9%	22,2%	0,0%	33,3%	0,0%	21,7%
Cozinheira	12,5%	10,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	4,8%
Outros	12,5%	10,0%	27,8%	42,9%	11,1%	45,5%	66,7%	37,5%	26,5%
Não	25,0%	30,0%	44,4%	14,3%	44,4%	45,5%	0,0%	50,0%	37,3%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

A baixa escolaridade, previamente descrita, pode ter sido fator prioritário para que a maioria tenha optado por essas funções, onde não há grandes exigências de escolaridade.

No que se refere aos pais, à profissão de motorista (ônibus, vans) apareceu com maior frequência (9,6%) das respostas, seguido de forma igualitária dos trabalhadores da construção civil (obras), segurança/vigilantes e profissionais do comércio, todos com 8,4% das respostas. 33,7% se referiram a outras atividades variadas com carteira assinada ou não (vendas, trabalhos autônomos) (Ver Tabela 15).

Tabela 15 – Tipo de trabalho paterno

	Prótese ⁵		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Motorista	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	18,2%	33,3%	12,5%	9,6%
Obras	0,0%	20,0%	11,1%	0,0%	11,1%	9,1%	0,0%	0,0%	8,4%
Segurança	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%	4,8%
Vigilante	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%	3,6%
Comércio	0,0%	30,0%	0,0%	0,0%	11,1%	9,1%	33,3%	0,0%	8,4%
Outros	50,0%	30,0%	22,2%	57,1%	27,8%	45,5%	0,0%	37,5%	33,7%
Não	37,5%	20,0%	38,9%	42,9%	33,3%	0,0%	33,3%	50,0%	31,3%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

⁵ Segundo a Secretaria Escolar da ETSHJS, tendo em vista a baixa demanda pela formação técnica em Prótese Dentária no turno da tarde, não há turmas desse curso em andamento nesse horário.

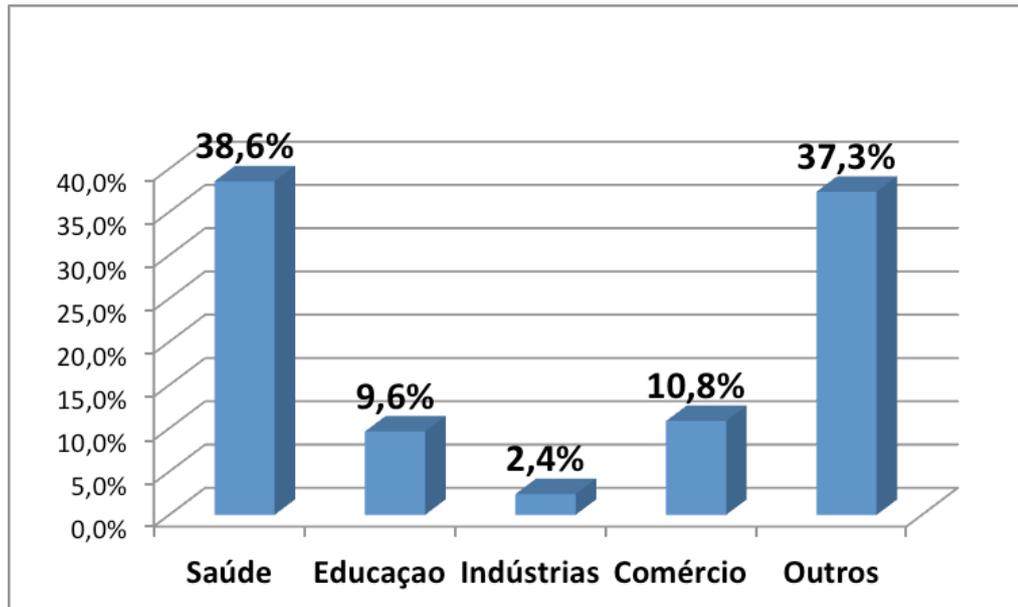


Gráfico 3 – Distribuição percentual dos alunos da ETESHJS, segundo o setor de atividades:

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

Os discentes pesquisados declararam trabalhar em atividades que requerem apenas ensino fundamental. Dessa maneira, 38,6% informaram já atuarem no contexto da saúde como Agentes Comunitários, Cuidadores de idosos, Auxiliar de saúde bucal ou Técnico de higiene dental e até mesmo como Protético, sem a conclusão do curso. 13,2% são empregados pelo comércio ou na indústria, 9,6% desenvolvem funções relacionadas à educação (auxiliar de creche, inspetor escolar, merendeira) e 37,3% atuam em atividades diversas (doméstica, babá, recepcionista, atendente em consultório, etc) (Gráfico 3).

3.5 INFORMAÇÕES GERAIS

Em relação a outras informações relevantes, a religião apareceu como fator fundamental na pesquisa, já que esta é a principal atividade de que participam 38,9% do total dos pesquisados. A crença evangélica é professada por, praticamente, metade dos discentes que participaram do estudo (44,6%). A outra metade é distribuída entre 24,1% de católicos e 15,7% de espíritas. 8,4% informaram ter outras religiões e 7,2% não possuem nenhuma religião (Ver Tabela 16).

Tabela 16 – Tipo de religião

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Católica	12,5%	20,0%	33,3%	14,3%	22,2%	27,3%	0,0%	37,5%	24,1%
Espírita	25,0%	10,0%	5,6%	42,9%	16,7%	9,1%	33,3%	12,5%	15,7%
Evangélica	25,0%	60,0%	50,0%	28,6%	50,0%	36,4%	66,7%	37,5%	44,6%
Outras	25,0%	0,0%	5,6%	14,3%	5,6%	9,1%	0,0%	12,5%	8,4%
Nenhuma	12,5%	10,0%	5,6%	0,0%	5,6%	18,2%	0,0%	0,0%	7,2%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo, 2013

No que se refere aos meios de comunicação, a televisão é primazia, com 48,2% das preferências, seguida de forma importante pelo uso da internet (36,1%), apenas 3,6% preferem ouvir rádio e 12% leem jornais ou revistas (Ver Tabela 17).

Tabela 17 – Meio de comunicação mais utilizado

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Jornal escrito/revista	12,5%	10,0%	5,6%	0,0%	5,6%	27,3%	0,0%	37,5%	12,0%
Televisão	75,0%	50,0%	44,4%	28,6%	72,2%	36,4%	0,0%	25,0%	48,2%
Internet	0,0%	30,0%	44,4%	71,4%	22,2%	36,4%	100,0%	37,5%	36,1%
Rádio	12,5%	10,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Os meios de transportes mais utilizados são ônibus (78,3%) e trem (13,3%) e as demais formas de locomoção (carro, moto, andar), mesmo somados, apresentam um resultado de 7,2% (Ver Tabela 18).

Tabela 18 – Meio de transporte utilizado para ir à escola

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Ônibus urbano	62,5%	80,0%	77,8%	57,1%	83,3%	72,7%	100,0%	100,0%	78,3%
Carro próprio	12,5%	10,0%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
Trem/metro	12,5%	0,0%	16,7%	42,9%	11,1%	18,2%	0,0%	0,0%	13,3%
Bicicleta/à pé	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	9,1%	0,0%	0,0%	2,4%
Moto própria	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

A metade dos alunos mora em residência própria (50,6%), 22,5% vivem em imóveis alugados, 20,5% declaram residir em moradia cedida e 6% informaram ter outras formas de habitação. A maior parte dos pesquisados declaram ter nascido na cidade do Rio de Janeiro (72,3%), 15,7% vivem na Baixada Fluminense e 12% moram fora da cidade do Rio (Ver Tabelas 19 e 20).

Tabela 19 – Local de nascimento

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Cidade do Rio de Janeiro	62,5%	70,0%	77,8%	85,7%	72,2%	72,7%	66,7%	62,5%	72,3%
Baixada Fluminense	25,0%	20,0%	11,1%	14,3%	11,1%	9,1%	0,0%	37,5%	15,7%
Estado do Rio	0,0%	10,0%	5,6%	0,0%	0,0%	18,2%	33,3%	0,0%	6,0%
Outros	12,5%	0,0%	5,6%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	6,0%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

Tabela 20 – Casa própria ou alugada

	Prótese		Enfermagem			Análise clínica			TOTAL
	Manha	Noite	Manha	Tarde	Noite	Manha	Tarde	Noite	
Própria quitada	25,0%	50,0%	66,7%	71,4%	33,3%	36,4%	33,3%	50,0%	47,0%
Própria ainda não quitada	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
Alugada	12,5%	20,0%	16,7%	28,6%	22,2%	45,5%	33,3%	12,5%	22,9%
Cedida	62,5%	10,0%	11,1%	0,0%	22,2%	9,1%	33	37,5%	20,5%
Outros	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	11,1%	9,1%	0,0%	0,0%	6,0%

Fonte: Pesquisa realizada por Figueiredo 2013

A partir dos dados descritos acima, esses alunos são classificados como classe média, já que segundo a avaliação feita por Neri (Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada, 2009), as famílias com renda mensal entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 (Globo Economia, publicado em marco/2013) são consideradas como pertencentes à classe média.

Essas famílias, para o autor, integram a “nova classe média”, ou seja, um “apelido” dado à antiga classe C, que segundo ele é uma nomenclatura depreciativa (Folha de São Paulo).

No entanto, ao utilizar os dados da pesquisa como referência, não há como não questionar esse conceito de nova classe média. Como famílias com até seis integrantes e com renda média de três salários mínimos, podem ser classificadas como pertencentes à classe média?

O sociólogo Jessé de Souza (2011), afirma que é uma mentira que exista uma nova classe média, mas uma classe social diferente, que ele denomina de “batalhadores”, conforme entrevista dada à Folha de São Paulo:

“A classe média é uma das classes dominantes em sociedades modernas como a brasileira porque é constituída pelo acesso privilegiado a um recurso escasso de extrema importância: o capital cultural nas suas mais diversas formas. Seja sob a forma de capital cultural técnico, como na "tropa de choque" do capital (advogados, engenheiros, administradores, economistas etc.), seja pelo capital cultural literário dos professores, jornalistas, publicitários etc., esse tipo de conhecimento é fundamental para a reprodução e legitimação tanto do mercado quanto do Estado. Conseqüentemente, tanto a remuneração quanto o prestígio social atrelados a esse tipo de trabalho e da condução de vida que ele proporciona são consideráveis. A vida dos "batalhadores" é completamente outra. Ela é marcada pela ausência dos privilégios de nascimento que caracteriza as classes médias e altas. E, quando se fala de "privilégios de nascimento", não se está falando apenas do dinheiro transmitido por herança de sangue nas classes altas. Esses privilégios envolvem também o recurso mais valioso das classes médias, que é o tempo. Afinal, é necessário muito tempo livre para incorporar qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso. Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade. Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de super exploração da mão de obra. Essa é uma condução de vida típica das classes trabalhadoras, daí nossa hipótese de trabalho desenvolvida no livro que nega e critica o conceito de “nova classe média.” (FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/22760-a-nova-classe-media.shtml>>. Acesso em: 08 mai. 2013)

O referido autor faz também menção à importância da religiosidade na vida da ‘nova classe média’, e se refere especificamente às religiões evangélicas, que perfaz grande presença entre os alunos pesquisados:

“A socialização religiosa dessa classe perpassa boa parte dos textos construídos a partir das análises empíricas. É preciso cuidado com esse tema, já que ele pode servir para que se construa uma nuvem de preconceitos contra essa classe. É, sem dúvida, correto que as religiões evangélicas como, aliás, todas as religiões em alguma medida exigem o sacrifício do intelecto, o que, efetivamente, não ajuda no exercício da tolerância nem no desenvolvimento das capacidades reflexivas dos seres humanos. Em troca, no entanto, essas religiões oferecem o que a sociedade como um todo, o Estado ou mesmo algumas das famílias menos estruturadas dessa classe jamais deram a eles: confiança em si mesmos, autoestima, esperança e a força de vontade para vencer as enormes adversidades da vida sem privilégios de nascimento. Nesse sentido preciso, tudo leva a crer que a religião seja efetivamente mais importante para esses setores do que para as classes médias estabelecidas, ainda que nunca tenhamos feito nenhum estudo sistemático”. (FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/22760-a-nova-classe-media.shtml>>. Acesso em: 08 mai. 2013);

Uma pesquisa sobre os hábitos da classe média, com base nos dados do Pnad/IBGE, apresentada no site de notícias R7 (2011), que explica as diferenças da inserção ocupacional entre pais e filhos, a partir da melhoria da educação, confirma os resultados desta pesquisa:

“Uma pesquisa da Data Popular, consultoria voltada para o estudo sobre hábitos da classe média, mostra que, de cada cem jovens de famílias emergentes, a chamada classe C, 68 têm mais anos de estudo do que os pais. Ou seja, quase 70% dos jovens desta faixa de renda no Brasil passaram a ter um nível escolar mais alto que o familiar. O estudo foi feito com base em dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O quadro fica mais claro quando se verifica que a classe média-baixa ganha força em um momento de intenso desenvolvimento econômico no Brasil. Terminar o ensino médio é pré-requisito nos processos de contratação da maioria das empresas do país. O documento que acompanha o estudo reforça essa ideia, ao frisar que “a ascensão social acontece a partir da frequência escolar”. As mudanças no tipo de trabalho realizado pela classe C são o resultado desse avanço escolar. Os familiares dos jovens formam um grupo de pessoas entre 45 e 65 anos, que exerce profissões com mão de obra “menos intelectualizada, tais como trabalhadores domésticos e da construção civil”. Por sua vez, os brasileiros entre 18 e 25 anos na classe emergente ocupam funções que necessitam de conhecimentos específicos e aptidões comunicativas, como operador de telemarketing, de acordo com o estudo. As cinco profissões mais comuns dos pais da classe C, segundo a pesquisa da Data Popular, são: domésticos, vendedores de lojas ou mercados, trabalhadores da construção civil, cozinheiros e zeladores, nesta ordem. Já o ranking das atividades dos filhos é diferente: em primeiro lugar eles são vendedores de loja e mercado, depois auxiliares administrativos, operadores de telemarketing, caixas, e por fim recepcionistas”. (PORTAL R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/70-dos-filhos-da-classe-c-estudam-mais-do-que-os-pais-20120111.html>>. Publicado em 20 jan. 2011, às 09h05. Acesso em: 08 mai. 2013)

Ao fazer a avaliação da faixa etária em que os discentes iniciaram a trabalhar, 39,8% do total dos alunos responderam que começaram após os 18 anos, o que pode indicar uma

priorização dos estudos, já que em média essa é a idade em que os jovens completam o ensino médio o que lhes permite uma melhor colocação no mundo do trabalho.

No capítulo 4, a seguir, aprofundaremos alguns dos aspectos aqui abordados a partir da análise das entrevistas realizadas com os alunos.

CAPÍTULO 4 – AS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAL E OCUPACIONAL CONTADA PELOS PRÓPRIOS ALUNOS

Este capítulo tem como objetivo a sistematização das informações sobre as trajetórias educacional e ocupacional dos alunos a partir da descrição de suas experiências, bem como compreender os motivos pelos quais optaram pela realização de uma formação profissional de nível técnico na área de saúde e o quanto eles conhecem dessas profissões que pretendem seguir, além de caracterizar como a questão socioeconômica interferiu em suas escolhas.

Nessa segunda fase do estudo, compareci em cada uma das turmas (prótese, enfermagem e análises clínicas) e expliquei aos alunos que já haviam participado da primeira etapa da pesquisa respondendo os questionários, que dentre eles, eu precisava da participação de apenas um aluno por curso e turno para a realização da entrevista individual que levaria em média 50 minutos. Desta forma, os próprios alunos entre si escolheram os que seriam entrevistados, baseados no interesse pessoal dos discentes e na disponibilidade de horário dos mesmos.

De maneira geral, o perfil dos entrevistados guarda semelhança, em termos de sexo e idade, com o perfil geral dos alunos da escola.

Apesar de solicitar apenas um aluno por turma (Enfermagem, Prótese e Análise clínicas) e turno (manhã, tarde e noite), perfazendo um total de oito alunos, já que o curso de prótese não possui turma no horário da tarde, fui procurada por mais um aluno do curso técnico de prótese que se demonstrou muito interessado em participar da entrevista. Dessa forma, foram realizadas nove entrevistas. No entanto, foi descartada uma entrevista da turma de análises clínicas, por não apresentar relevância para o estudo.

Para tal, foi utilizado para análise dos resultados regra da representatividade de Bardin (2011) que consiste na amostra de uma parte representativa do universo inicial, onde os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo.

Nessa conjuntura, ainda sob referência da autora, a pesquisa é baseada em uma análise de conteúdo:

“Se nos servirmos da análise temática - quer dizer, da contagem de um ou de vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada -, apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase como unidade de codificação”. (Bardin, 2011, p. 77)

Segundo Minayo (2000, p. 269), a análise de conteúdo tem sido muito utilizada na análise de comunicações nas ciências humanas e sociais, sendo um método mais comumente adotado no tratamento de dados de pesquisas qualitativas.

As entrevistas foram feitas em sala privada, e as respostas foram gravadas a partir da assinatura dos termos de consentimento dos participantes (APÊNDICES C E D). Para uma melhor análise dos resultados, a entrevista foi dividida em três temas: Trajetória educacional, trajetória ocupacional e Trabalho (Apêndice B).

Para Bardin (2011, p. 135) a unidade de registro “tema” é geralmente utilizada para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. Dessa forma, as questões abertas e as entrevistas individuais ou de grupo são normalmente analisadas tendo o tema como base.

Segundo Vieira et al (2012) a identificação e a análise das trajetórias educacional e ocupacional dos trabalhadores técnicos em saúde permitem tanto apreender como se articulam as diferentes formas de participação desses trabalhadores no mundo do trabalho, quanto detectar a influência de seus percursos de formação/qualificação e suas experiências de vida na inserção/desligamento/reinserção/permanência no mercado de trabalho.

Ainda sob a referência da autora essa dinâmica é cada vez menos linear e marcada por períodos de retorno à escola e/ou instâncias de qualificação profissional da força de trabalho (Projeto Trajetórias educacional e ocupacional dos trabalhadores técnicos em saúde no Brasil – FAPERJ e CNPq).

4.1 TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Como descrito anteriormente, os alunos da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS) são, majoritariamente, provenientes de escolas públicas estaduais e, em geral, cursaram o ensino médio regular independentemente das habilitações cursadas.

Ao entrevistar os alunos, pude verificar que essa primazia pelo ensino público estava diretamente relacionada às questões socioeconômicas, ou seja, o estudo na escola pública do estado não foi uma preferência, mas uma necessidade, já que muitos deles informaram que os salários dos pais não eram suficientes para pagar uma escola da rede privada e suas tentativas de ingressarem em escolas públicas renomadas (CAPUERJ, Pedro II, CEFET) não tiveram sucesso.

Os alunos da ETESHJS descrevem a escola pública como uma única opção para quem não tem condições econômicas de estudar na rede privada. Dessa forma, não acreditam na sua qualidade, e sempre que possível, os pais ou os próprios alunos “fizeram sacrifícios” para conseguirem estudar em escolas da rede privada.

Em uma das entrevistas, o aluno 6 (27 anos, análises clínicas), conta que sempre estudou em escolas da rede privada. No entanto, foi transferido no segundo ano do ensino médio para uma escola pública como uma “punição” por ter ficado reprovado na escola. Vale ressaltar, que este pesquisado é de classe média, filho de um médico neurocirurgião. Transcrevo a seguir, as palavras do aluno:

“Eu estudei até o segundo ano do segundo grau na escola particular, aí fui reprovada e o meu pai disse que não pagaria escola mais para mim, aí eu não tinha condições de pagar minha escola e fui para o SENAI fazer o segundo grau supletivo” (aluno 6).

Em outras declarações os alunos deixaram claro que, em sua maioria, sentiram-se prejudicados com a baixa qualidade de ensino que receberam nas escolas da rede estadual, ao serem questionados sobre como foi estudar em instituições públicas, conforme transcrições a seguir:

Aluno 1 (21 anos, prótese) - *“Eu acho que me prejudicou. Porque agora eu tô prestando pré-vestibular e não sei se é por ser escola pública ou pelos professores que eu peguei, vejo que me prejudicou em muitas matérias. No meu primeiro ano, eu não tive professor de física, fui ter no último semestre. Matemática, a professora chegava pra dar geometria e explicava lá de qualquer forma e agora eu vejo que quando eu vou estudar geometria eu não sei nada”*.

Aluno 4 (44 anos, enfermagem) - *“Quando a gente começa a estudar outras coisas que a gente vê que a gente não teve uma boa base e continuei não tendo, porque hoje eu vejo coisas aqui que eu podia ter dado muito em ciências, em biologia que às vezes eu fico assim, viajando e aí eu procuro em casa como é que eu posso tá me aprimorando”*.

Aluno 5 (26 anos, enfermagem) - *“Eu fiz o primeiro e o segundo ano na Escola Estadual Herbert de Souza e o terceiro ano, no Santa Monica com bolsa total. Quando eu cheguei no Santa Monica, não sabia praticamente nada de matemática, porque na Herbert de Souza não tinha professor de matemática, era uma professora de português que auxiliava na matemática [...] eu poderia talvez ter um conhecimento mais amplo, mas alguns professores eram muito limitados. Justamente por essa questão do ensino público eu fiquei em matemática no Santa Monica e repeti o terceiro ano”*.

Em outra circunstância, os entrevistados descrevem sua transferência de escola pública para privada na intenção de ter uma maior qualidade de ensino:

Aluno 7 (34 anos, prótese) - *“O ensino fundamental foi público municipal e o ensino médio foi particular porque eu comecei a trabalhar com 14 anos e comecei a pagar meu estudo. Meus pais não tinham condições de pagar [...] fiz escola técnica de processamento de dados, mas depois vi que não era o que eu queria”*.

Aluno 8 (44 anos, prótese) - *“Estudei na escola pública todo o primeiro grau, o segundo grau foi particular. Meu pai quis pagar escola particular para eu ter um ensino melhor”*.

Nessa conjuntura, o portal IG educação em 2011 realizou um estudo sobre a educação básica no Brasil, chegando à conclusão de que o ensino médio é a pior etapa educacional do País, já que nessa fase ocorre um elevado desinteresse do aluno pela escola e os que ficam não possuem um aprendizado nem próximo do ideal.

Segundo este estudo, o desinteresse dos alunos nesta fase se dá pelo fato de todo o ensino médio ser voltado para uma preparação para o ensino superior e não para a vida, desta forma, como a maioria não irá prestar esse processo seletivo, principalmente antes de experimentar o mercado de trabalho, visto que só 15% dos jovens brasileiros de até 29 anos fizeram ou estão fazendo um curso superior, a sala de aula não tem nada a oferecer.

A respeito desse tema, o ministro da educação, Aloísio Mercadante em entrevista ao portal IG, ressalta que a evasão escolar entre os jovens ainda é muito alta e, em sua grande maioria, se dá pela necessidade que o aluno tem em conciliar estudo e trabalho para o auxílio no sustento da família. No entanto, o ministro também enfatiza a importância da escola tornar-se mais interessante para o discente, à urgência de melhores salários para os docentes, que reflete em uma educação com maior qualidade e a aproximação das escolas com a moradia dos jovens (BORGES, 2012).

Marques (2007) relaciona esse fracasso do ensino médio a duas situações: a primeira, a própria sociedade brasileira que vem historicamente abrindo mão de suas responsabilidades, culpabilizando o governo, “o diretor e o professor da escola, o síndico do prédio ou o destino, isentando-se da obrigação de pensar e agir e transformar a si e ao seu mundo”. Em contrapartida, mantendo as diretrizes neoliberais o poder público vem, cada vez mais, transferindo suas responsabilidades à sociedade “o que resulta em uma perigosa privatização do papel do Estado”.

Dentre os nove alunos entrevistados, três não concluíram o ensino médio no período regular e, nesses casos, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho foi o motivo prioritário descrito, como transcrição a seguir:

Aluno 4 (44 anos, enfermagem) - *“terminei os estudos depois de velha, porque minha mãe precisava trabalhar e eu tinha que cuidar dos meus irmãos, aí parei de estudar com 10 ano;, com 15 anos, eu voltei para completar meus estudos (ensino fundamental) e depois parei de novo para poder trabalhar e só pude terminar o segundo grau com 31 anos”*.

Aluno 2 (42 anos, enfermagem) - *“fiquei dois anos sem estudar, porque na minha época tinha que fazer uma prova para entrar no ensino médio e eu não passei e não tinha como pagar a escola particular, aí precisei começar a trabalhar e fui dar aula de reforço em casa para crianças. Depois que eu casei, com 17 anos porque engravidei, meu marido pagou o meu ensino médio e eu fiz formação de professores e fui trabalhar em uma escolinha”*.

Aluno 8 (44 anos, prótese) - *“eu tive que parar de estudar para me dedicar ao trabalho na prótese com meu pai e depois eu voltei aos 25 anos para completar o ensino médio”*.

Nesse sentido Oliveira e Robazzi (2001) ao realizarem um estudo sobre os determinantes que impelem os adolescentes ao trabalho de forma precoce, descrevem como item fundamental a questão de classe social:

“[...] O trabalho precoce se dá na medida em que, com a precarização de relações e condições de trabalho, com os salários cada vez mais baixos e o custo de vida cada vez mais alto, as famílias de menor renda adotaram uma das estratégias mais conhecidas e mais socialmente aceitas para superar as limitações dos rendimentos individuais (dos adultos da família) extremamente baixos, ou seja, propiciam o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. Outro aspecto que não pode se deixar de mencionar como determinante para o trabalho precoce é a ideologia em relação ao trabalho, que considera essa atividade a mais nobre exercida pelo homem, como panacéia para todos os males, como remissão para o crime e a marginalidade, como única forma legítima de aquisição de riquezas e de acesso aos meios da vida. Essa ideologia não discute se todo trabalho é bom para qualquer pessoa, independente de sua natureza leve ou penosa, inócua ou perigosa, saudável ou insalubre. Não faz diferenciação entre quem pode e quem deve trabalhar, ou para quem o trabalho deve ser optativo ou proibido. Acontece que essa ideologia é aplicada aos pobres, são estes que lançam mão do recurso e do argumento moral do trabalho. Ao mesmo tempo que é estratégia de sobrevivência, também o é de inserção social para aquelas famílias excluídas das oportunidades sociais. Nesse sentido, é apenas no discurso, como ideal a ser atingido que o trabalho aparece como a atividade mais nobre da humanidade, sendo na realidade, necessidade vital para alguns muitos e forma eficaz de exploração para outros. Há ainda que se considerar que, geralmente, os pais de menores que trabalham,

trabalharam também eles desde muito jovens e raramente freqüentaram a escola. Ao ver muitos adultos desempregados ou subempregados, mesmo tendo estudo, consideram que é melhor que seus filhos aprendam um ofício além da escola, para não correr o risco de ficarem na mesma situação. Os adolescentes tendem a acreditar que o trabalho os valoriza diante de si próprios e de seus pais, lhes permite adquirir uma independência financeira e psicológica e ajudar suas famílias, mesmo que essa aparente conquista tenha um preço a pagar um tanto alto”. (OLIVEIRA E ROBAZZI, 2001, p. 88)

No que se refere à escolha pela educação profissional as respostas variaram conforme a faixa etária dos alunos, os mais jovens deixaram clara a pretensão de dar continuidade aos estudos, sendo a formação profissional técnica uma possibilidade de angariar fundos para a realização de uma futura faculdade.

Já os alunos com idade mais avançada descrevem a importância de possuírem uma profissão e/ou um certificado, podendo hoje, a formação superior ser uma possibilidade, mas não uma prioridade. Em algumas destas declarações, o ensino superior aparece como um “sonho” inviável devido à necessidade de trabalhar e de criar filhos, como destacado a seguir:

Aluno 1 (21 anos, prótese) - *“pretendo fazer faculdade de biologia, a prótese é para ser temporária para eu trabalhar, conseguir me formar na faculdade e começar a trabalhar”*.

Aluno 3 (19 anos, análises clínicas) - *“eu queria fazer faculdade de biomedicina mas eu estava em dúvida e optei por fazer o curso técnico primeiro para ver se realmente era isso que eu queria. Vou fazer faculdade ano que vem e depois que acabar a faculdade o que eu faço como técnico eu não vou precisar fazer mais, eu vou ficar ordenando ou auxiliando quem precisar”*.

Aluno 5 (26 anos, enfermagem) - *“pretendo trabalhar como técnica, mas fazer faculdade de enfermagem, não quero me limitar como técnica de enfermagem. Acho que o curso técnico vai me ajudar na faculdade, vai me dar uma base”*.

Aluno 4 (44 anos, enfermagem) - *“eu sempre tive vontade de ser médica e aí as condições não me permitiram. Eu trabalho como inspetora educacional e comecei a me decepcionar com a educação e aí pensei, eu tenho que fazer alguma coisa para mudar a minha vida, eu tenho que ter uma profissão e a enfermagem sempre me apeteceu porque eu gosto muito de cuidar e de ajudar”*.

Aluno 8 (44 anos, prótese) - *“o curso vai me ensinar coisas novas, mas principalmente me facilitar para eu ter meu diploma que é o que eu mais preciso, não quero fazer faculdade não”*.

Aluno 2 (42 anos, enfermagem) - *“eu queria fazer fisioterapia, mas não sei, acho que não tenho mais estrutura para isso, hoje tenho algumas dificuldades em entrar as coisas na minha cabeça, apesar de ter boas notas, [...] pretendo trabalhar na enfermagem em alguma coisa leve, já tenho certa idade, minhas costas doem”*.

Aluno 7 (34 anos, prótese) - *“não penso em fazer faculdade não, pretendo trabalhar como protética só, não quero nada de odontologia, só prótese”*

4.2 TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

Dentre os entrevistados, apenas dois alunos nunca trabalharam, justamente os mais jovens, com 19 e 21 anos, que se dedicam exclusivamente ao curso profissionalizante. No entanto, apesar de hoje possuírem maior disponibilidade para o estudo já que não precisam contribuir com a renda familiar, ambos informaram que necessitarão trabalhar para auxiliar nos custos de seus estudos futuros.

Essa condição é relevante no sentido de entendermos que esses alunos não representam uma classe social mais favorecida em relação aos demais alunos, até porque nos dois casos as mães não auxiliam na renda familiar por serem “donas de casa” e os pais, que

são os únicos provedores das famílias, um trabalha como motorista de ônibus e o outro como segurança patrimonial.

Nesse sentido, é importante ressaltar que para essas famílias a inserção desses jovens no mundo do trabalho seria de grande ajuda no auxílio financeiro da casa, no entanto, elas fazem verdadeiros “sacrifícios” com a intenção de que seus filhos tenham uma profissão, e com isso, melhores oportunidades de empregos.

Já a realização de um nível superior de ensino dependerá prioritariamente do próprio aluno, que deverá conquistá-lo a partir dos próprios esforços, tendo como aliado suas formações profissionais que poderão ou não levá-los ao caminho desejado.

Dessa forma, o curso pós-médio pode representar ainda, para alguns alunos, uma possibilidade de futuramente poderem pagar uma formação de nível superior, que normalmente é realizada em instituições privadas, já que estes têm dificuldades de acesso às instituições públicas de ensino superior devido à forma excludente de seleção e da pouca qualidade do ensino médio público, que os deixam em condições de desvantagem em relação aos demais alunos que estudam em escolas privadas ou públicas federais.

A seguir, destaco algumas declarações que confirmam essas questões:

Aluno 1 (21 anos, prótese) - *“eu moro com a minha mãe, meu pai e meu irmão de 29 anos que está sem trabalhar agora. Só meu pai que trabalha como segurança de uma empresa de ônibus [...] eu não estou trabalhando, só me qualificando em prótese para trabalhar para depois eu fazer biologia”*.

Aluno 3 (19 anos, análises clínicas) - *“agora eu moro só com meu pai e minha mãe porque meus irmãos já estão todos casados, mas por parte de mãe somos dois e por parte de pai sou eu e mais dez filhos [...] só quem trabalha é meu pai como motorista de ônibus. [...] pretendo continuar trabalhando nessa área até eu me formar, mas depois que me formar em biomedicina eu quero me especializar em imunohematologia”*.

No que se refere aos alunos que já estão no mundo do trabalho, as suas trajetórias ocupacionais foram as mais diversas possíveis e não exigiam muita escolarização. Em geral,

iniciaram suas atividades laborais de forma precoce por dificuldades econômicas, para auxiliar nas despesas da família ou simplesmente pela busca da independência financeira.

Em sua maioria, os alunos descreveram grande dificuldade financeira desde a infância e por entrarem muito jovens no mercado de trabalho eles se aventuravam em atividades sem nenhum tipo de regulamentação trabalhista.

Mesmo aqueles que completaram o ensino médio no período regular levaram um longo período até realizarem uma formação técnica profissional pela dificuldade em conseguir conciliar o trabalho e o estudo, já que obrigatoriamente o trabalho era, e ainda é, uma prioridade para eles.

Nos trechos das entrevistas, a seguir, os pesquisados descrevem os motivos que os levaram a inserção no mundo do trabalho, além dos tipos de atividades procuradas:

Aluno 4 (44 anos, enfermagem) - *“minha mãe trabalhava em lavoura, na roça, aí quando os filhos iam tendo uma certa idade trabalhavam também para ajudar e eu ficava em casa para cuidar dos irmãos mais novos. Comecei a trabalhar com 15 anos em um bazar e depois fui ser auxiliar de secretária em uma produtora de vídeos, com 17 anos, aí foi com carteira assinada. Depois que eu tive meu filho precisei trabalhar por um ano fazendo faxina para sustentá-lo, porque eu não posso contar com o pai dele, é só comigo mesmo”*.

Aluno 5 (26 anos, enfermagem) - *“as despesas da casa são pagas por mim e pela minha mãe, praticamente não tenho contato com meu pai. Comecei a trabalhar com 19 anos nas Lojas Renner, na Leader, em papelaria e agora por último nas lojas Americanas”*

Aluno 6 (27 anos, análises clínicas) - *“desde quando minha mãe morreu minha irmã e eu fomos morar com meus avós, não tenho muito contato com meu pai. Iniciei trabalhar com 14 anos como animadora de festas, para poder ajudar na casa, aos 17 anos foi o meu primeiro trabalho com contrato, como recepcionista em uma clínica de ortopedia e depois fui cobrir férias no faturamento e lá fiquei. Quando fui para o outro emprego já fui como faturista”*.

Aluno 7 (34 anos, prótese) - *“Comecei a trabalhar com 14 anos como copeira em um restaurante, para poder pagar meus estudos, trabalhava com carteira assinada e há sete anos trabalho como doméstica”*.

Dentre as entrevistas, um dos alunos que informou fazer o curso, prioritariamente, para ter a certificação, descreveu que iniciou no mundo do trabalho de forma natural, não por necessidade econômica, mas aprendendo o ofício com o pai que também sempre foi protético:

Aluno 8 (44 anos, prótese) - *“comecei a trabalhar com meu pai aos 16 anos, na prótese, no laboratório dele, tudo que aprendi foi com meu pai e eu nunca trabalhei em outras coisas nem em outro lugar. Ele me pagava um salário mensal, também nunca tive carteira assinada até hoje”*.

Nas entrevistas pude perceber que apesar de um início precoce, para a maioria dos alunos, a procura pelo primeiro emprego com idade entre 14 e 16 anos foi iniciativa própria, ou seja, mesmo sem a exigência direta dos pais pela procura de trabalho, eles sentiam-se na obrigação de participarem nas despesas da casa, de forma a desonerar os pais de algumas responsabilidades. Oliveira e Robazzi (2001) em seu artigo sobre os motivos para a inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho confirmam e justificam essa característica observada:

“Os motivos para o trabalho precoce podem ser definidos como pobreza, necessidade de colaborar com os pais em atividades econômicas realizadas no domicílio, desejo dos pais de que trabalhem, necessidade de ganhar a vida por si mesmos, aliado a consideração de que é melhor trabalhar do que ficar ocioso. Apenas uma pequena minoria da população de menos de 17 anos tem uma experiência enriquecedora no mercado de trabalho, do ponto de vista de oportunidades futuras, em que, trabalhar para a grande maioria dos jovens, significa mais uma estratégia pessoal ou familiar de sobrevivência do que uma iniciação que pode abrir as portas para os bons empregos do mercado de trabalho no futuro. Entrar na força de trabalho, para muitos, significa sacrificar um pouco o futuro, uma vez que trabalham e estudam ao mesmo tempo ou deixam a escola em função do trabalho. O convívio generalizado com o subemprego, desemprego, rotatividade, condições precárias de trabalho, aliado a poucas oportunidades de aprendizado e treinamento, socializa a maioria dos menores para as piores atividades do mercado de trabalho e impõe barreiras adicionais”. (OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001, p. 85)

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

O trabalho foi o item em que os entrevistados demonstraram a maior preocupação, mais até do que a formação profissional. Apesar dos cursos serem gratuitos, dentre os alunos que trabalham apenas dois responderam que optaram por ficarem desempregados para não deixarem de completar sua profissionalização, apesar de precisarem ajudar nas contas da família.

Aluno 5 (26 anos, enfermagem) - *eu falei com meu gerente que ia fazer o curso, aí ele disse você tem que escolher ou você estuda ou você trabalha, eu decidi estudar porque o estudo vai me dar ganhos maiores do que só ficar trabalhando e no momento estou recebendo o seguro desemprego”.*

Aluno 6 (27 anos, análiseS clínicaS) - *“eu estava trabalhando em uma clínica de neuro fisiologia como faturista, mas eu estava chegando aqui no curso muito tarde e levando falta. O horário aqui do curso está me deixando doida, porque eu entro as seis horas (18 horas) e esse é o horário que eu estou saindo do trabalho e aí até eu chegar aqui..., por isso, às vezes eu penso em largar o curso. O que ajuda é que a minha filha recebe a pensão do pai e meu avô é aposentado.”*

Os demais, prioritariamente, aqueles que são os principais provedores da família, jamais deixariam de trabalhar por vontade própria para se profissionalizarem, mesmo que isso representasse a perda de uma formação profissional que poderia lhes trazer melhores salários.

Os alunos de enfermagem, inclusive, deixaram claro, que essa formação profissional não iria melhorar seus salários, já que a remuneração dessa profissão é muito baixa e os seus proventos hoje são iguais ou maiores do que a média salarial dessa profissão.

Nesse sentido, a grande procura pelo curso técnico de enfermagem na escola está diretamente relacionada à ideia da facilidade em conseguir empregos, na possibilidade de ter

mais de um trabalho (o que dobraria a remuneração), por ter a possibilidade de escolher dentre as mais variadas atividades de trabalho que esta profissão permite (pediatria, cuidador de idosos, cuidados domiciliares, enfermagem do trabalho, etc) ou pela simples vocação.

Aluno 5 (26 anos, enfermagem) - *“acho que o salário de técnico está em torno de mil e duzentos reais, acho pouco, em relação a que o técnico faz é um salário muito baixo, até por isso que não dá para se limitar ao técnico e a profissão não é reconhecida, mas quero poder ajudar o próximo”*.

Aluno 2 (42 anos, enfermagem) - *“Quando eu fiz a formação de professoras, na verdade eu queria fazer enfermagem, mais aí eu já era casada e o meu marido, não deixou eu fazer, porque não era uma área bem vista e ele só pagaria se fosse para ser professora, depois passou muitos anos, eu me separei e casei de novo e agora vim fazer enfermagem. [...] Hoje trabalho vendendo AVON e junto com meu atual marido no comércio dele. [...] eu queria fazer o curso eu tinha 16 anos e agora tenho 42, às vezes fico meio desanimada porque o serviço é pesado, se fosse antes eu teria mais expectativas com a profissão e o salário é baixo, a vantagem é que eu estou fazendo o que eu sempre quis. Quero trabalhar em alguma coisa leve..., com criança”*.

Aluno 4 (44 anos, enfermagem) - *“eu sempre tive vontade de ser médica e aí as condições não permitiram. Eu tenho que ter uma profissão já que eu não tenho a faculdade..., porque aqui eu não tenho uma profissão eu aprendi a ser inspetora sem fazer um curso, no meu dia a dia. Quero ser técnica e passar para um concurso público, a vantagem da enfermagem é que ela é um campo aberto, tem facilidade de arrumar emprego, o horário e a desvantagem é ver uma pessoa doente e o salário que é mais ou menos mil e duzentos reais, acho que poderia ser mais valorizado é mais ou menos o que eu ganho atualmente”*.

No que se refere aos alunos de prótese, como muitos já estão inseridos em alguma atividade relacionada a essa formação e alguns com muita experiência, para estes a

certificação é o maior objetivo. Para os demais, o maior atrativo é a possibilidade de uma boa remuneração de forma autônoma, ou seja, sem patrão.

Aluno 8 (44 anos, prótese) - *“a prótese financeiramente é rentável se o seu trabalho for bom e se você tiver um bom volume de trabalho, o dinheiro é bom, mais ou menos uns dois a três mil mensais. Eu trabalho umas 12 horas por dia, mas não é um trabalho direto, eu trabalho e paro, descanso..., eu tenho mais ou menos uns 10 dentistas que trabalham comigo, alguns desde a época do meu pai...”*

Em outro trecho da entrevista, o mesmo aluno explica sua necessidade em obter o certificado e as dificuldades que está enfrentando no trabalho para finalizar sua formação:

“O curso está me atrapalhando porque eu tenho que sair mais cedo do laboratório e estou perdendo tempo de trabalho, porque eu só ganho se eu trabalho, mas preciso fazer o curso por conta da fiscalização no laboratório, a maioria que já trabalha em prótese faz o curso depois por causa da fiscalização. Meu projeto para o futuro é montar o laboratório do jeito que eu quero, que vai me dar um retorno maior”.

Aluno 7 (34 anos, prótese) - *“hoje trabalho como doméstica com carteira assinada aos sábados, domingos segundas e terças feiras e durmo no trabalho, estou lá há sete anos e recebo dois salários mínimos, não gosto de trabalho de casa mas lá é tranquilo. Eu conheci a prótese através do incentivo de primas que já atuam na área como ACD (auxiliar de consultório dentário), eu ainda não atuo na área, mas pelo o que eu ouço falar você pode montar um laboratório em casa, você não precisa trabalhar em tudo, você pode se especializar e eu quero ortodontia. Acho que as desvantagens é que tem que trabalhar muito, mais ainda não sei, eu estou muito crua, eu não sei quanto ganha um protético, quero primeiro trabalhar em um laboratório para pegar experiência”.*

Nos alunos do curso de análises clínicas a procura está relacionada às suas especializações, que possuem como pré-requisito essa formação técnica. Todos os alunos estudados descreveram que, para terem boas expectativas de melhores remunerações, é essencial a realização de cursos complementares.

Outro fator importante, é que muitos discentes de análises clínicas relataram ter na verdade, a intenção de uma formação profissional de nível superior em biologia e que a formação técnica entra como uma ponte ou uma base onde eles possam compreender melhor essa profissão.

Aluno 3 (19 anos, análises clínicas) - *“ainda não trabalho, nunca trabalhei, [...] um profissional da área ganha em torno de mil e duzentos reais, o negócio é concurso público, para mim esse valor está bom porque eu não tenho família para criar, [...] vou fazer faculdade de biomedicina ano que vem porque quero me especializar em imunohematologia”*.

Aluno 6 (27 anos, análise clínica) - *“eu já fazia o faturamento de alguns laboratórios onde eu trabalhava, então me deu vontade de aprofundar na área, só que eu pensei que o curso fosse mais voltado para a área de histopatologia e quando cheguei aqui vi que era mais para a parte de hematologia e eu não foquei nessa área. Agora vou aproveitar que estou tirando boas notas e estou optando por terminar e eu estou muito tempo sem estudar e a questão do curso é ter uma formação profissional, mas depois vou para uma outra área”*.

Apesar dos diferentes caminhos percorridos pelos alunos, tanto no processo educacional quanto no ocupacional, pude perceber no decorrer das entrevistas que, independentemente da faixa etária, e até mesmo das condições socioeconômicas, os alunos deram grande importância à certificação de uma profissão. Como se esta tivesse a possibilidade de transforma-los em pessoas “mais bem vistas pela sociedade”.

Em praticamente todas as entrevistas, ouvi frases do tipo “é importante ter uma profissão ou preciso ter uma profissão”. Mesmo aqueles que não tinham certeza se atuarão ou não na habilitação escolhida, demonstravam orgulho em poder registrar em seus currículos que tiveram algum tipo de formação profissional. Avalio então, que para a maioria dos

entrevistados essa formação técnica além de trazer esperanças por um futuro mais pródigo, pode representar também uma ascensão social para si e para a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre todas as situações que eu pude aprender com essa pesquisa, sem dúvida, a força e a vontade desses alunos em “ser alguém” reconhecido e respeitado como pessoa e como profissional, apesar de todas as dificuldades, foi o que mais impressionou.

Nem por um momento, ouvi lamentações de qualquer um deles, por mais difícil que sua história de vida tivesse sido. Muito pelo contrário, eram comuns comentários como, “já me sinto um vitorioso só por estar aqui”.

Em primeira instância, essas frases me trouxeram uma sensação de conformismo com aquilo que a vida lhes proporcionou. Contudo, no desenrolar das entrevistas pude perceber que eles não tinham nada de conformados.

Ora, em geral, são filhos de pais com pouco estudo, que tinham atividades laborais precarizadas e recebiam salários que eram suficientes apenas para o sustento da família. No entanto, a pesquisa mostrou o que outros trabalhos já haviam confirmado (conforme descrito no capítulo 3), ou seja, que seus pais acreditam na educação como um importante instrumento de mudança e investiram o quanto puderam na escolarização dos filhos. Logo, estes estudaram mais e, de fato, em sua maioria, conseguiram melhores posições no mundo do trabalho, em relação aos pais.

Outra questão relevante, é que os próprios alunos ou interromperam os estudos após o ensino fundamental ou finalizaram o ensino médio e precisaram, ainda jovens, trabalhar para auxiliar na renda da família, e dessa forma, tiveram que vencer as dificuldades por não realizar suas trajetórias educacionais de forma linear, trazendo prejuízos para o aprendizado, devido ao longo período de defasagem nos estudos e até mesmo o desânimo para o retorno às cadeiras escolares.

Contudo, os discentes pesquisados tiveram força para retornar aos estudos, às vezes com mais de 10 anos de interrupção, para completarem o ensino médio e, depois, ainda encontraram tempo para realizarem uma formação profissional.

Todo esse esforço foi explicado no estudo pela importância dada pelos alunos em ter uma profissão (com certificação), principalmente porque a maioria possui uma faixa etária acima de 21 anos e muitos não estão inseridos no mundo do trabalho, dessa forma,

demonstram preocupação e até inibição em dizer que estão desempregados, optando por se declararem apenas estudantes.

“O trabalho se torna um meio de emancipação e também uma obrigação. Pelo salário que ele possibilita, os indivíduos afirmam a sua independência; por meio de suas atividades, ele desenvolve o potencial e fortalece a identidade própria dos mesmos; pelas relações que gera em seu âmbito, consolida a identidade social; finalmente, por meio de seus resultados, o trabalho permite ao indivíduo dar sua contribuição ao mundo e um sentido à sua existência”. (JOB, 2003, p. 167).

Outro aprendizado que tive com o estudo foi a desmistificação de que o trabalhador das camadas mais desfavorecidas é completamente “cego” em relação as questões políticas que os cercam. Na verdade, os alunos demonstraram compreender muito bem a realidade política que nos permeia.

Em várias entrevistas, independente da idade do aluno, houve descrições do tipo: *o ensino médio estadual é ineficaz porque Universidade Pública é lugar para rico ou a prova da FAETEC é mais fácil do que as escolas federais porque ela é para as pessoas que vem de escola pública mesmo.*

“Sabe-se que historicamente no Brasil o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social do estudante. A educação pode não só constituir um fator de mudança e mobilidade social como também contribuir para a manutenção das desigualdades. Pesquisas educacionais têm demonstrado que alunos oriundos de escolas públicas obtêm mais sucesso nos processos seletivos das instituições de ensino superior privadas, enquanto os provenientes de escolas particulares, em sua maioria, conseguem êxito nos processos seletivos das instituições públicas de ensino superior. A dualidade escola privada e escola pública tem sido utilizada para explicar em parte as diferenças de desempenho dos candidatos na seleção à educação superior”. (BORGES E CANIELE, 2005)

Nesse sentido, demonstram não ser enganados. A diferença é que não veem possibilidades de mudanças, não acreditam no poder público e se sentem “reféns” dele, que sempre inventa novas estratégias para dificultar ainda mais as suas vidas.

Outro fator que merece discussão, apesar de não ser o foco da pesquisa, mas que se entrelaça com o tema quando descrevemos que a educação para a classe desfavorecida não *merece* muito investimento, é o descaso promovido por todos os governos do estado, na

atualidade, em relação à rede FAETEC, mesmo sendo uma importante arma para os políticos nas campanhas eleitorais, os investimentos que as escolas e seus profissionais recebem é muito diferente em relação às escolas técnicas federais.

A única preocupação, de fato, é a de aumentar mais e mais o número de escolas que compõem a rede, sem, estruturá-las e sem investir em recursos humanos. Nesse sentido, os laboratórios da escola estudada são todos muito antigos e sem investimentos; a maior parte das salas de aula não é refrigerada, fazendo do verão uma época muito difícil tanto para os docentes, quanto para os discentes.

“Na escola pública predomina o discurso populista da inclusão social e da flexibilidade por um lado; e por outro, a prática neoliberal do estado mínimo que não garante a infraestrutura material ou humana necessária, ao mesmo tempo em que impõe regras brutais de controle do trabalho”. (AIRES, 2008, p. 63)

Contudo, na plena descrença da possibilidade do término da dualidade educacional, mas com a certeza da importância da formação profissional de nível médio que ofereça alguma oportunidade para classe trabalhadora, com o mínimo de respeito, *sem que eles tenham que colocar as mãos no bolso para isso*, esclareço que vislumbro a existência da ETESHJS (e toda a rede FAETEC) como fundamental para a formação desses alunos/trabalhadores, que são frequentemente excluídos das renomadas escolas federais e/ou universidades públicas, mas que encontram nesta instituição uma possibilidade de mudança de vida, não por ser esta, uma instituição democrática, como descrita por alguns alunos, mas por ser a única opção para uma profissionalização dessa camada social mais desfavorecida.

Contudo, temo pela imensa expectativa que estes alunos depositam na instituição como uma forma de ascensão, já que ocorre uma maciça campanha do governo em favor da formação técnica, como um “passaporte” automático para os melhores empregos, além de mostrar alguns poucos exemplos de sucesso nos meios de comunicação, como se estes fossem a regra e não a exceção.

O fato, é que apesar da grande carência de profissionais técnicos de nível médio no país a realização de um curso não é sinônimo de emprego garantido. Há de se pensar em questões como descrita por Merval Pereira (2012) em artigo do jornal O Globo, onde os cursos oferecidos não correspondem aos desejos nem dos alunos e tampouco do mundo do

trabalho, ou seja, não basta ter uma educação profissional que atenda prioridades produtivas, sem atender, no entanto, as aspirações dos trabalhadores e das empresas.

Nesse sentido, não raramente, esses alunos/trabalhadores depositam todas suas esperanças em uma formação e depois se sentem frustrados por não conseguirem se inserir no mundo do trabalho.

O fato é que uma formação profissional de nível médio não pode ser referenciada como uma *tábua de salvação* para os menos favorecidos. Faz-se necessário uma urgente reestruturação tanto do ensino médio estadual, quanto das escolas estaduais profissionalizantes, para que estes alunos tenham o direito de usufruir de uma educação crítica e de qualidade.

No entanto, é com pesar que ressalto que os programas atuais de governo relacionados à formação de profissionais (descritos no capítulo 2), de forma retrógrada, reforçam ainda mais a dualidade educacional, incentivando as atividades meramente técnicas em detrimento de uma formação humana mais ampla.

REFERÊNCIAS

- AIRES, D. R. **Educação profissional de nível médio: formação para a cidadania ou emancipação humana?** Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2008.
- ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDERDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**, 2ª edição. São Paulo. Editora Pioneira Thompson Learning, 2004.
- AMANCIO FILHO A.; WERMELINGER, M. C. M. W.; GARCIA, A. C. P. **A Formação Profissional de Nível Médio na Área da Saúde: a Modalidade Sequencial em Foco.** Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes. Acesso em: 15 mai. 2013.
- AMORIM, R. C. **A questão do gênero no ensinar em enfermagem.** Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, jan/mar; 17(1): 64-8. 2009.
- ANDRADE, T. L. B.; GOMES, L. M. X.; REIS, T. C.; LEITE, M. T. S. **Expectativas e percepções dos estudantes do curso técnico em enfermagem com relação ao mercado de trabalho.** Texto contexto - enferm. vol.20 no.spe Florianópolis, 2011.
- ARAÚJO, R. M. L. **A regulação da educação profissional no Brasil hoje: conciliação de interesses ou espaço para a mobilização?** Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, C. F. **O ensino médio no contexto do plano nacional de educação: o que ainda precisa ser feito.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 195-208, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 jun. 2013.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 mai. 2013.
- BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional.** Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- BORGES, J. L. G.; CANIELLI, B. L. **Educação e estratificação social no acesso à universidade pública.** Faculdade Planalto de Filosofia, Ciências e Letras - Brasília: [s.n.].
 _____. **Plano Brasil sem Miséria.** Bsm/Pronatec, Brasília, 23 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/>>. Acesso em 02 jul. 2013.
- CAMPELLO, A. M. M. B. **Acesso de alunos de escola pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação - UFRJ. Rio de Janeiro, set. 2000.
- CARVALHO, C. P. **Ensino Noturno: realidade e ilusão.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- CARVALHO, H. A. (org) **O passo a passo de uma trajetória de sucesso,** RJ, 2012.
- CÊA, G. S. S.; REIS, L. F.; CONTERMO, S. **Profes e a lógica neoliberal: estreitas relações.** Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 5 n. 1, p. 139-159, 2007.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

COCHRAN, W. **Sampling Techniques**. Editora John Wiley & Sons. Canadá, 1977.

CUNHA, L. A. **Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, nº 111, p. 47-70, dezembro/2000.

ELLERO, S. M; LEPERA, J. S. **Riscos à saúde no trabalho dos técnicos de laboratório de prótese dentária**. Revista de Odontologia da UNESP. 2008; 37(2): 133-139.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. M. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**, Paraíba, 2012. www.histedbr.fae.unicamp.br

ETESHJS. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro, mimeo, 2004.

FAETEC. **Concursos**. Disponível em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/concursos>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Escola de saúde**. Disponível em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/eteshds>>. Acesso em 15 jun. 2013.

_____. **Unidades**. Disponível em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/faetecdigital/index.php/unidades>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA FILHO, A. A. **Solidariedade: uma possibilidade de Integração no ensino básico e profissional das escolas técnicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro**. 159f, 2003, Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entrevista dada à Folha de São Paulo, pelo Sociólogo Jessé Souza em 13/02/2011**. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/874777-e-um-erro-falar-que-existe-nova-classe-media-diz-sociologo.shtml>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso**. Revista Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. CEDES, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Número Especial, out. 2005b.

GERHARDT, T. D.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HANDFAS, A. **O processo de escolarização dos alunos das escolas técnicas: o caso da FAETEC**. Faculdade de Educação/ UFRJ, 2008.

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **História, sociedade e educação no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - 31/07 a 03/08/2012 - Anais Eletrônicos - ISBN 978-85-7745-551-5.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Cad. Pesqui. vol.35 no. 124 São Paulo Jan./Apr. 2005.

JOB, F. P. P. **Os Sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações.** 237p. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação, Doutorado em Administração de Empresas da EAESP/FGV - Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

JORNAL EXTRA. **Faetec abre mais de 114 mil vagas em cursos.** Disponível em <<http://extra.globo.com/.../faetec-abre-mais-de-114-mil-vagas-em-cursos>>. Acesso em 12 abr. 2013.

LEOCÁDIO, S. E. L. **Ensino, educação profissional e saúde: o processo de formação na Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert Daniel de Souza.** 98f. 2008. Dissertação de Mestrado - Centro Universitário Plínio Leite - Niterói, 2008.

LIMA, J. P. C.; ANTUNES, M. T. P.; MENDONÇA, O. R.; PELEIAS, I. R. **Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico pesquisas no campo da contabilidade.** Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14 (2012) p. 127-144.

MARQUES, E. P.; PELICIONE, M. C. F.; PEREIRA, I. M. T. B. **Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?** Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.17 n.3 São Paulo dez. 2007.

MATHIAS, MAÍRA. **Escolas Públicas unidas pela formação de técnicos em saúde.** RET-SUS, Rio de Janeiro, Brasil ISSN 1980-9875, Ano VI, v. 47, p. 10-17, setembro, 2011.

MATHIAS, MAÍRA. **PROFAPS.** RET-SUS, Rio de Janeiro, Brasil ISSN 1980-9875. Ano V, v. 38, p. 10-15, set. 2010.

MATHIAS, MAÍRA. **Pronatec une educação profissional a estratégias de crescimento econômico.** RET-SUS, Rio de Janeiro, Brasil ISSN 1980-9875. Ano VI, v. 49, p. 14-19, nov/dez, 2011.

MENDES, S. R. **Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior.** 1 Trabalho, Educação e Saúde, 1(2): 267-287, 2003.

_____. **Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior.** 1 Trabalho, Educação e Saúde, 1(2): 35-39, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2010.

MISHIMA, S.M. **As baixas demandas aos cursos de enfermagem: um perfil da profissão traçado pelos jovens.** Dissertação de Mestrado - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990.

MÔNICA, W.; AMÂNCIO FILHO, A.; MACHADO, M. H. **Formação técnica em saúde: expectativas, dilemas e (des)ilusões do aluno.** B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 37, nº 2, mai./ago. 2011. 61.

NERI, M. **A nova classe média.** Folha de São Paulo - Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/22760-a-nova-classe-media.shtml>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

NETO, J. F. S.; SANTOS, J. A.; CAVALCANTI, A. L.; SANTOS, J. A. **Perfil dos Alunos dos Cursos de Técnico em Prótese Dentária do Estado da Paraíba**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Odontologia) - Universidade Estadual da Paraíba - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Paraíba, 2011.

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. C. **O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce**. Rev Latino-americana de Enfermagem: USP/2001. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlaenf>. Acesso em 05 jun. 2013.

ORTIGARA, C.; GANZELI, P. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos fhc e lula: trabalho e cidadania**. Universidade de Campinas – UNICAMP. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em: 03 fev. 2013.

PAIVA, F.S. **O processo político de criação dos Institutos Superiores de Educação na rede pública do Estado do Rio de Janeiro: trajetória histórica e interesses conflitantes**. Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

PAULA, N. **Nova classe média tem trabalho precário, pouca instrução e moradia inadequada**. Globo Economia, publicado em 21/03/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/nova-classe-media-tem-trabalho-precario-pouca-instrucao-moradia-inadequada>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. **Educação Profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PEREIRA, Merval. **Falta de interesse**. Jornal O Globo, publicado em 25 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/blogdomerval/posts/2012/02/25/falta-de-interesse-433353.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

PORTAL R7 - NOTÍCIAS. **70% dos da classe C estudam mais do que os pais**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/70-dos-filhos-da-classe-c-estudam-mais-do-que-os-pais-20120111.html>> , visitado em 08/05/2013.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**./ Marise Ramos. Rio de Janeiro: EPSJV UFRJ 2010.

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro** de 12 de fevereiro de 1996, Decreto 22011 de 9 de fevereiro de 1996.

_____. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro** de 02 de julho de 2004, ano XXX, nº 121, parte 1.

_____. **Lei nº 5597 de 18 de dezembro de 2009**, institui o plano estadual de educação - pee/tj. Governador do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Parecer CEE nº 52 de 21 de fevereiro de 1991**.

_____. **PR/FAETEC nº 79 de 19 de fevereiro de 2001**.

_____. **Termo de Convênio** entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro de 10 de agosto de 1993.

RODRIGUES, J. **Ainda a educação politécnica : o novo decreto da educação p rofissional e a permanência da dualidade estrutural**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 3, n.2, p.259-282, 2005.

- RUMMERT, S. M. **Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 303-322, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> - kçk>. Acesso em: 12 abr. 2013.
- SALDANHA, L. L. W. **O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, UFPR, 2012.
- SALOMAO, Beatriz; SANTOS, Jéssika. **Seminário faz balanço do Profaps em 2011**. RET-SUS. Rio de Janeiro, Brasil ISSN 1980-9875. Ano VI, v. 50, p. 6-9, jan/fev, 2012.
- SILVA, R. B. **A Educação Técnica e Profissional e a Lei do Pronatec**. Diretoria de Educação Superior/Faetec/SECT-RJ. Democratizar, v. VI, n. 1, jan./jul. 2012.
- SILVA, Roberto Bittencourt. **A Educação Técnica e profissional e a Lei do PRONATEC**. Diretoria de Educação Superior/Faetec/SECT-RJ. Revista Democratizar r, v. VI, n. 1, jan./jul. 2012.
- SIQUEIRA, Patrícia Amaral. **Do inferno à cobiça**. 118f, 2009, Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- TERRIBELLE, A. O. **Juventude, trabalho e ensino noturno: um estudo sobre os jovens da periferia de Goiânia**. Dissertação Submetida ao Programa de Mestrado em Sociologia como Atendimento - Universidade Federal de Goiás - Parcial às Exigências para a Obtenção do Título de Mestre em Sociologia, Goiás, 2006.
- VIEIRA, M. (Coord) et al. **Trajetórias educacional e ocupacional dos trabalhadores técnicos em saúde no Brasil**. Observatório dos Técnicos em Saúde Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz Faperj / 2012.
- VIEIRA, M.; CHINELLI, F. **Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS**. Ciênc. saúde coletiva vol.18 no.6 Rio de Janeiro Jun, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Perfil Sócio Demográfico

CPF: _____

1 - Formação que realiza na ETESHJS:

- Prótese
- Enfermagem
- Patologia

2 - Data de nascimento: ___/___/___

3 - Local de nascimento (Município e Estado): _____

4 - Sexo: Feminino Masculino

5 - Estado civil:

- Solteiro
- Casado/ mora com o companheiro
- Separado/ divorciado/ desquitado
- Viúvo

6 - Cor:

- Branco
- Preto
- Amarelo
- Pardo
- Indígena

7 - Religião

- Católica
- Espírita
- Evangélica
- Outras
- Nenhuma

8 - A sua casa é:

- Própria quitada
- Própria ainda não quitada
- Alugada
- Cedida
- outros

9 - Com quem você mora?

- Cônjuge (casado/a ou não)
- Filho (s)
- Outro(s) parente(s)
- Agregado(a)

10 - Que tipo de ensino fundamental cursou?

- supletivo
- regular

11 - Em que ano você concluiu o ensino fundamental? _____

12 - Parou de estudar entre o ensino fundamental e o médio?

- Sim. Por quê? _____
- Não

13 - Que tipo de ensino médio cursou?

- supletivo
- técnico
- regular

14- Em que ano começou o ensino médio? _____

15 - Em que ano você concluiu o ensino médio? _____

16 - Parou de estudar entre o ensino médio e o técnico?

- Sim. Por quê? _____
- Não

17 - A escola de conclusão do ensino médio é:

- pública federal
- pública estadual
- particular

18 - Frequenta ou frequentou curso superior?

- Sim. Qual? _____
- Não.

19 - Tem acesso à internet em sua residência?

- Sim
- Não

20 - Escolaridade paterna:

- Não estudou
- Ensino Fundamental - incompleto
- Ensino Fundamental - completo
- Ensino Médio - incompleto
- Ensino Médio - completo

- Ensino Superior - incompleto
- Ensino Superior - completo
- Pós-graduação
- Não sei

21 - Escolaridade Materna:

- Não estudou
- Ensino Fundamental - incompleto
- Ensino Fundamental - completo
- Ensino Médio - incompleto
- Ensino Médio - completo
- Ensino Superior - incompleto
- Ensino Superior - completo
- Pós-graduação
- Não sei

22 - Qual a sua situação de trabalho?

- Estudante Desempregado
- Contratado com carteira de trabalho assinada .
- Trabalho por conta própria
- Servidor público
- Trabalhador autônomo
- Aposentado

23 - Qual é seu ramo atual de atividade?

- Saúde
- Educação
- Indústrias
- Comércio
- Outros

24 - Com que idade você começou a trabalhar

- Antes de 14 anos
- Entre 14 e 16 anos
- Entre 16 e 18 anos
- Após 18 anos

25 - Qual a principal atividade remunerada que você exerce atualmente?

26 - Além dessa atividade, você exerce alguma outra atividade remunerada?

- Sim. Qual? _____
- Não.

27 - Qual a primeira atividade remunerada que você exerceu?

28 - Qual a sua renda mensal?

- Não tenho
- Menor ou igual a 1 salário mínimo
- Mais de 1 a 3 salários mínimos
- Mais de 3 a 6 salários mínimos
- Mais de 6 a 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

29 - Qual a sua participação na vida econômica da família?

- Financiado pela família ou por outras pessoas
- Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas
- Trabalha, e é o responsável pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira
- Trabalha, e é o responsável pelo próprio sustento, e contribui parcialmente para o sustento de outras pessoas
- Trabalha, e é o principal responsável pelo sustento da família

30 - Sua mãe trabalha/trabalhava?() Sim. O que faz/fazia? _____

() Não

31- Seu pai trabalha/trabalhava?

() Sim. O que faz/fazia? _____

() Não

32 - Quantas pessoas moram na sua casa? _____

33 - Qual a renda mensal de sua família (todos que residem na sua casa) () Menos de 1 salário mínimo

() De 1 a 3 salários mínimos

() Mais de 3 a 6 salários mínimos

() Mais de 6 a 10 salários mínimos

() Mais de 10 salários mínimos

34 - Quem contribui para a renda familiar

() você

() cônjuge

() filhos

() pais

() parentes

() agregados

() outros

35 - Qual o tipo de atividade da qual você mais participa?

() Religiosa

() Artística e cultural (cinema, show)

() Política partidária

() Esportiva

() Nenhuma

() Outras

36 - Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

-) Jornal escrito/revista
-) Televisão
-) Internet
-) Rádio
-) Outros

37 - Antes de estudar na FAETEC, que tipo de escola estudou?

-) Somente em escola pública
-) Maior parte dos anos em escola pública
-) Somente em escola particular
-) Maior parte dos anos em escola particular
-) Somente em escola conveniada
-) Maior parte dos anos em escola conveniada

38 - Quantas vezes realizou concurso para FAETEC?

-) Uma vez) Mais de três vezes
-) Duas vezes
-) Três vezes

39 - Qual motivo o levou a escolher um curso na FAETEC

-) Qualificação profissional
-) Melhoria salarial
-) Exigência do serviço
-) Ser escola pública
-) Outros

40 - Qual o meio de transporte utilizado para ir à escola?

() Ônibus urbano

() Carro próprio

() Trem/metrô

() Bicicleta/ à pé

() Moto própria

41 - Em sua família há algum profissional de saúde?

() Sim. Qual Profissão? _____

APÊNDICE B – Entrevistas Individuais

I. TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

1. Com que idade entrou na escola?
2. Estudou em escola pública, privada ou nas duas? Como foi? A escola era perto ou longe de casa?
3. E o ensino médio? Com quantos anos ingressou? Que tipo de ensino médio cursou? Quando concluiu? Em quais escolas estudou? Estudou à noite? Era profissionalizante ou não? Por que fez profissionalizante? Qual curso?
4. Até que série você estudou? Estudou direto ou parou e depois voltou?
5. Por que parou? E porque voltou?
6. Além da escola, fez outros cursos? Quais foram? Em que ano? Por que?
7. Pretendia continuar estudando quando acabou o ensino médio? E hoje? Pretende continuar estudando? Por quê? O que?
8. Já sabia o que queria fazer? (expectativas de formação superior) Por que?
9. O que você pesou /considerou nessa escolha? O que acharam dessa escolha?

II. TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

1. Quando você começou a trabalhar? Com que idade? Em que? Por que? Com quem? Como foi?
2. Já trabalhou com que? Essas atividades eram remuneradas?
3. Enquanto estudava, também exercia alguma atividade remunerada? Qual?
4. Lembra das demais atividades remuneradas que você exerceu? Quais foram?
5. Em cada uma dessas atividades, tinha carteira assinada? Se não, por que? Quantas horas por dia trabalhava?
6. A enfermagem é sua atividade principal?
7. Trabalha em alguma outra atividade remunerada? E não remunerada?

III. TRABALHO E A RELAÇÃO COM O CURSO TÉCNICO EM SAÚDE

1. Como iniciou o trabalho na saúde? Quando? Porque ?
2. Outras pessoas da família também trabalhavam? Quem?
3. Já teve alguma experiência de trabalho na área de saúde e/ou de ajuda a pessoas que necessitavam de algum tipo de cuidado?
4. O que motivou a trabalhar na área de saúde?
5. O que mais considerou para tomar a decisão de trabalhar nessa área?
6. Você acha que alguma característica sua ajudou a trabalhar na área de saúde?
7. Seu trabalho exige que continue estudando? Seu trabalho desperta vontade de saber mais sobre o que faz?
8. Quantas horas em média trabalha por dia? Considera que esta carga de trabalho é equivalente ao escrito no seu contrato de trabalho?
9. Qual é seu vínculo de trabalho? Tem carteira assinada? Qual o órgão/instituição que assina sua carteira de trabalho?
10. Desenvolve alguma outra atividade remunerada paralelamente a da saúde? Com carteira assinada? Qual atividade e em que momento a realiza?
11. Quais os principais problemas da sua vida profissional?
12. Quais as características que você acha que um trabalhador da saúde tem que ter?
13. Das atividades que realiza, qual é mais prazerosa?
14. Existe uma separação entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho em dias da semana? E no final de semana?
15. Quais os aspectos que considera positivos no trabalho como? E os negativos?
16. Está satisfeito com as condições de trabalho que tem na saúde (salário, vínculo empregatício, relações interpessoais e de trabalho, carga horária)
17. Pretende continuar trabalhando na saúde? Como, de que forma? Você acha isso possível?
18. Para você o que é ser auxiliar, técnico em saúde? Existem distinções entre essas nomenclaturas? Fale um pouco sobre isso.
19. Quais são os seus projetos para o seu futuro?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Trajetórias educacional e ocupacional dos alunos dos cursos técnicos em saúde da Escola Técnica Estadual em Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS). Você foi selecionado por ser aluno de um curso de formação de técnica na área da saúde em desenvolvimento na escola supracitada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo verificar o perfil socioeconômico dos alunos matriculados em cursos técnicos de saúde desenvolvidos na escola Herbert José de Souza da rede FAETEC, procurando distinguir sua trajetória educacional e ocupacional.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressaltados, todavia, aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica (por exemplo, motivado pelas lembranças de suas experiências como aluno).

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade do aprofundamento do conhecimento com relação ao perfil do aluno que procura a Escola Técnica de Saúde Herbert José de Souza para formação pós-média na área da saúde, revertendo numa possível melhoria da política educacional específica.

As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar, todavia, a identidade de seus participantes.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional da pesquisadora responsável¹ e do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio², podendo tirar suas dúvidas a qualquer momento.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Julieta Brites Figueiredo

Nome e assinatura do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos, riscos, e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar,

Sujeito da pesquisa

¹ Julieta Brites Figueiredo - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/EPJSV - Av. Brasil - 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - sala 322 - CEP: 21040-900 - Brasil - Tel.: (21) 3865-9753 - juliabrites@ig.com.br

² Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ (CEP/EPJSV) - Av. Brasil - 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - sala 316 - CEP: 21040-900 - Brasil - Tel.: 3865-9710 e 3865-9705 - cep@epsjv.fiocruz.br

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:

Julieta Figueiredo; Rua Cônego Tobias nº 32/ aptº 802, Méier, (21), CEP:20725-010/(21) 96993758

RG: 09024795-8 DETRAN / juliabrites@ig.com.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE D – Termo de Autorização para gravação em áudio

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Trajetórias educacional e ocupacional dos alunos dos cursos técnicos em saúde da Escola Técnica Estadual em Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS). Você foi selecionado por ser aluno de um curso de formação de técnica na área da saúde em desenvolvimento na escola supracitada e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo verificar o perfil socioeconômico dos alunos matriculados em cursos técnicos de saúde desenvolvidos na escola Herbert José de Souza da rede FAETEC, procurando distinguir sua trajetória educacional e ocupacional.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressalvados, todavia, aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica (por exemplo, motivado pelas lembranças de suas experiências como aluno).

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade do aprofundamento do conhecimento com relação ao perfil do aluno que procura a Escola Técnica de Saúde Herbert José de Souza para formação pós-média na área da saúde, revertendo numa possível melhoria da política educacional específica.

As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar, todavia, a identidade de seus participantes.

Por meio deste, solicitamos também sua autorização para gravação em áudio da entrevista para coleta de dados.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Julieta Brites Figueiredo
Nome e assinatura do pesquisador

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:
Julieta Figueiredo; Rua Cônego Tobias 32/802, Méier, CEP: 20725- 010/(21) 96993758
RG: 09024795-8 DETRAN. juliabrites@ig.com.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) - Av. Brasil 4.036, Manginhos, Rio de Janeiro - CEP 21.040-360 - Tel: 38659710 / e-mail: cep@epsjv.fiocruz.br

APÊNDICE E – Termo de Ciência e Autorização para Pesquisa na ETESHJS



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA**

Da: ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE HERBERT JOSÉ DE SOUZA (ETESHJS) / FAETEC.

Para: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO / FIOCRUZ

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA UNIDADE ESCOLAR

Por meio desta, a Direção da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza comunica a ciência da realização da pesquisa intitulada: **Trajetórias educacional e ocupacional dos alunos dos cursos pós-médios da ETESHJS**, desenvolvida pela Professora I – Enfermagem Julieta Brites Figueiredo (matrícula FAETEC nº 224613-0), inscrita no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV/FIOCRUZ. O objetivo da pesquisa é a caracterização do perfil socioeconômico dos alunos matriculados em cursos técnicos de saúde desenvolvidos na U.E., procurando caracterizar sua trajetória educacional e ocupacional.

A abordagem metodológica consiste em realizar uma avaliação das condições socioeconômicas dos discentes, a partir de um estudo minucioso, utilizando como instrumento um questionário, contendo perguntas fechadas (focalizadas), nos três turnos de funcionamento da escola e nos três diferentes módulos dos cursos técnicos.

A partir desse questionário, será feita, de forma aleatória, uma seleção de alunos para participar da segunda etapa do estudo. Esta consiste em uma entrevista individualizada para compreender a trajetória educacional e ocupacional dos discentes entrevistados.

Todos os alunos que aceitarem participar da pesquisa assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pesquisadora: Julieta Brites Figueiredo
Endereço: Rua Cônego Tobias nº 32/802
Méier, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20725-010 Telefone: (21) 9699-3758
E-mail: juliabrites@ig.com.br

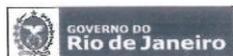
Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/FIOCRUZ
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – sala 322 (LATEPS)
Fundação Oswaldo Cruz - Av. Brasil nº 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
CEP 21040-900 Telefone: (21) 3865-9710
E-mail: cep@epsjv.fiocruz.br

A Direção da ETESHJS/FAETEC declara estar ciente e de acordo com os objetivos e metodologia do Projeto de Pesquisa, autorizando a realização da etapa de coleta de dados a se realizar nesta instituição.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2012.


Henrique de Albuquerque Carvalho
Diretor Geral –ETESHJS
Matr.FATEC 223757-6

E.T.E de Saúde Herbert Daniel de Souza
Rua Clarimundo de Melo, 847 - CEP 21311-280 - Quintino - (21) 2332-4159
e-mail: eteshds@faetec.rj.gov.br
www.faetec.rj.gov.br/eteshds



SECRETARIA
DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

